ARQUITETO

CNPU: planejadores urbanos analisam e fazem propostas

A CNPU — Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbana — institucionalizou o planejamento e definiu uma estratégia. Por isso, foi recebida com otimismo pelos arquitetos e planejadores, que,, nas páginas 10 e 11 analisam o seu significado e implicações, fazendo proposições para que a política urbana anunciada seja concretizada.

Renovação urbana: a estratégia e a atuação da EMURB

Renovação urbana é o tema do suplemento especial que aborda a estratégia da EMURB — Empresa Municipal de Urbanização e os projetos setoriais da área do Metrô: Vergueiro, Santana e Conceição. Os projetos arquitetônicos, urbanísticos e propostas de implantação apresentados por três consórcios para o Vergueiro estão sendo julgados pela EMURB e os resultados sairão em breve.

Congresso da UIA: a criatividade arquitetônica

A criatividade arquitetônica é a síntese entre a Ideação e a Tecnologia. Mas como se processa essa interação? Essa é a indagação do XII Congresso Mundial da UIA (Madri, 1975). Os arquitetos brasileiros já se preparam para ir ao encontro, podendo estender a viagem à França, para participar do programa "La Corbusier e a Arquitetura Contemporânea". Páginas 12 e 13.

Incêndios: como evitar novas tragédias?

O que fazer para que não se repitam novas tragédias, como a do Joelma? Os códigos de obras são, na sua maioria, obsoletos e a solução dos problemas mais elementares, como o da sobrecarga, são adiados pelos responsáveis. Reunidos num simpósio, em Brasília, técnicos em prevenção de incêndios concluíram: segurança é planejamento. Páginas 4, 6 e 8.

Bauhaus: exposição itinerante chega a São Paulo

A exposição mais ampla já organizada sobre a Bauhaus será inaugurada no dia 17 de agosto, no Museu de Arte de São Paulo. A mostra — que já esteve no Rio e em Brasília — utiliza recursos audiovisuais modernos. Na página 15, um comentário sobre a exposição e a apresentação de dois novos livros sobre o movimento iniciado por Walter Gropius.

O exercício da Arquitetura, num curso do Sindicato

O que é necessário para trabalhar como autônomo? Como estruturar um escritório de Arquitetura? Para orientar seus associados sobre aspectos legais e regulamentares do exercício da Arquitetura, incluindo os mecanismos do INPS e ISS, o Sindicato de São Paulo convidou o advogado Claudionor Andrade Jr. Ele vai coordenar o curso, que terá início em fins de agosto. Pág. 18.

Formandos

Os arquitetos recém-formados pela FAUUSP, Mackenzie e Mogi das Cruzes foram recebidos no IAB, mantendo os primeiros contatos com o Instituto e o Sindicato dos Arquitetos.

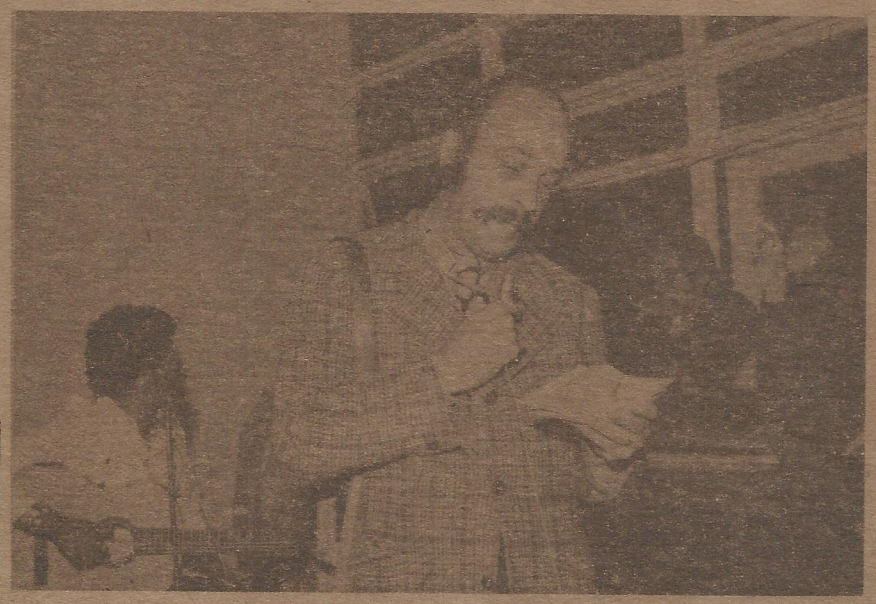
Novos arquitetos foram recepcionados na sede do IAB-SP

A tradicional recepção aos arquitetos recém-formados, promovida anualmente pelo IAB-SP e Sindicato dos Arquitetos, foi realizada no dia 5 de julho, contando com a participação de formandos da FAUUSP, Mackenzie e — pela primeira vez — da Faculdade de Arquitetura de Mogi das Cruzes. No próximo ano, as entidades de classe pretendem receber também formandos das demais faculdades, como as de Santos e São José dos Campos. A festa, no restaurante do IAB-SP, foi animada por um "show" apresentado pela cantora Carmem Costa, com a presença de Cartola, Dino e Oswaldinho da Cuíca. O objetivo da recepção — além da confraternização com os profissionais veteranos — é aproximar os novos arquitetos às entidades de classe. Benno Perelmutter, presidente em exercício do IAB-SP, recebendo os formandos em nome do Instituto, relatou sua própria experiência com relação ao IAB, que lhe permitiu "visualizar com clareza alguns dos aspectos mais importantes da problemática brasileira e a forma de participação profissional na tentativa de seu equacionamento além de enriquecer sua formação profissional. Falando sobre a atuação do IAB, suas lutas e conquistas, Perelmutter referiu-se à regulamentação profissional, obtida em 1966; a criação do Sindicato dos Arquitetos, em 1971, sucedendo a Associação Paulista de Arquitetos, que permitiu a "libertação de longos anos de filiação do Sindicato dos Engenheiros"; e aos seminários, encontros e manifestações do IAB que resultaram em modificações das atitudes oficiais com relação ao problema urbano.

"Com esta exposição", concluiu, "procurei mostrar a extraordinária importância do trabalho que aqui desenvolvemos, já coroado com algumas brilhantes conquistas — que devem prosseguir e é só através do órgão de classe que as manifestações dos novos companheiros poderão contribuir para o prestígio e progresso da profissão que escolhemos."

O arquiteto Alfredo Paesani, presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, explicou que o órgão de classe paulista foi o primeiro a ser criado, sendo seguido pelos da Guanabara, Bahia e Rio Grande do Sul, estando em formação a Federação Nacional dos Sindicatos de Arquitetos do Brasil. "Essa entidade", disse, "ao lado do Conselho Superior do IAB, da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura e da União Internacional dos Arquitetos, completará o quadro de nosso sistema de representação e participação política onde, com orgulho, estão registradas as nossas contribuições nos planos nacional e internacional."

Explicando a importância do Sindicato — que já conta com 1 200 associados — Paesani frisou a necessidade da filiação ao órgão de classe e convidou os recém-formados a participarem das reuniões preparatórias das próximas eleições, marcadas para setembro.



Benno Perelmutter

Cármen Costa

Paisagem urbana

A visão dos arquitetos registrando a paisagem urbana pela fotografia: seis arquitetos-fotógrafos reuniram seus trabalhos para mostrar a sua ótica na exposição que foi aberta, no restaurante do IAB-SP, no dia 11 de julho. "Visão da Paisagem Urbana" é o título da exposição que apresenta fotografias dos arquitetos Cristiano Mascaro, Abelardo Alves Neto, Antonio José Saggese, Percival Brosig, Alcino Izzo Jr. e Walter Figueiredo.

colorplast

DOMOS EM ACRÍLICO

SOLUÇÃO PARA O SEU PROBLEMA DE ILUMINAÇÃO ZENITAL E AERAÇÃO

COLORPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.
R. DOS AMERICANOS, N.º 144 - BARRA FUNDA - S. PAULO - SP -
C. POSTAL 5298 - TELS. 52 2554 e 52 7619

Opinião

Nada menos que 75% da carga brasileira é transportada por estradas de rodagem. Esse gigantismo contradiz a função original da rodovia: canal para coletar e distribuir carga ferroviária

Ferrovias, a alternativa mais adequada para uma política de transportes

Nas exuberantes cifras da indústria automobilística nacional, as estatísticas da produção de caminhões, nos últimos três anos, alcançaram cifras tão ascendentes quanto as registradas pelos construtores de estradas. O crescimento paralelo das vias e dos meios de transporte certamente reflete e contribui para a consolidação do desenvolvimento nacional. Mas construir mais estradas de rodagem e mais caminhões atende adequadamente aos interesses do país?

Numa entrevista concedida à revista "Transporte Moderno", da Editora Abril, Celestino Rodrigues, entre outros títulos — professor, empresário, ex-secretário estadual de Viação e Obras Públicas (1949) e ex-presidente do Instituto de Engenharia (1969-1970) faz uma análise do transporte rodoviário brasileiro e de seus reflexos, conseqüências e desacertos. "A rodovia surgiu para atender às necessidades de um país pobre, que não tinha, numa certa época, condições de manter um transporte ferroviário à altura", diz. Entretanto, "de caminho mais acessível e oportuno ela se transformou num absurdo exagero. "Atualmente", diz Rodrigues, "cerca de 75% da carga brasileira é transportada por estradas de rodagem. Se considerarmos apenas o transporte interno, excluindo o de cabotagem, essa porcentagem sobe para cerca de 84%."

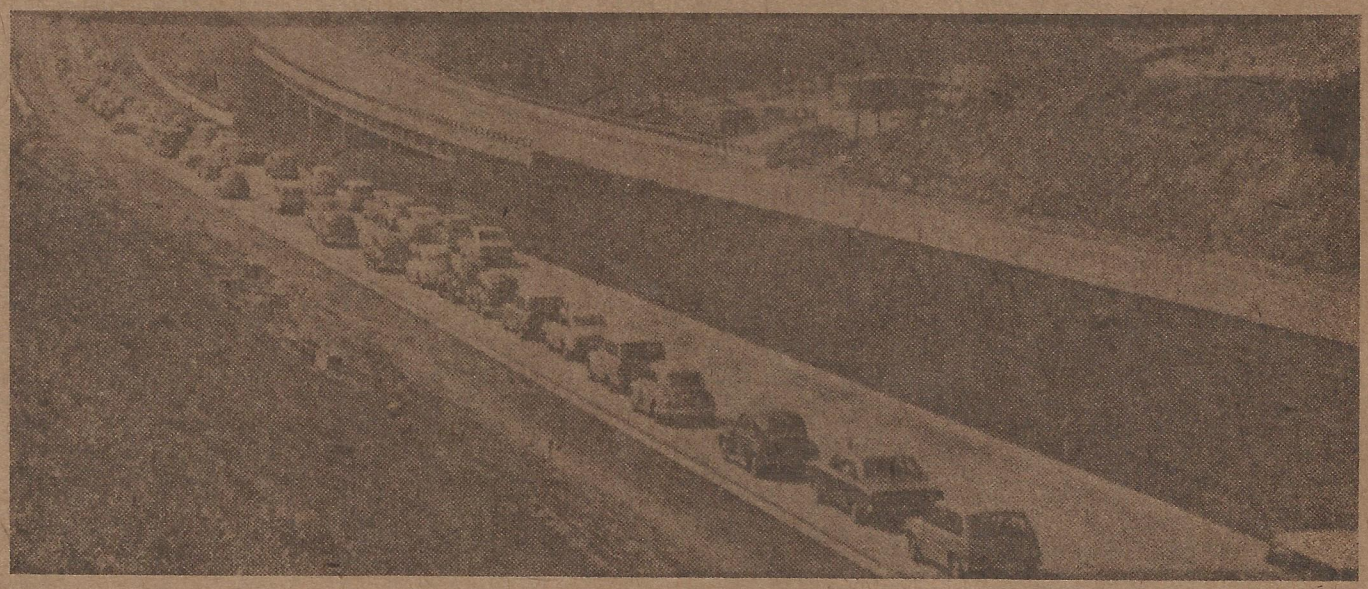
Para o ex-presidente do IE, três fatores provocaram o gigantismo (ou talvez, apenas inadequação) da rede rodoviária: a facilidade empresarial (basta possuir um caminhão para entrar no ramo), o baixo crescimento da cabotagem e principalmente a estagnação das ferrovias. Isso contribuiu decisivamente para o desequilíbrio, fazendo com que as rodovias assumissem o principal papel e perdesem sua função mais original que é a coleta e distribuição da carga ferroviária.

Até o último trimestre de 1973, embora generoso, o descompasso existente no setor de transportes afetava de maneira moderada a economia brasileira, embora, por outro lado, contribuísse para o PNB e crescimento da indústria do setor e do mercado de trabalho. Contraditória, com prós e contras minimizados pela busca de objetivos nacionais mais amplos, a política de transportes adotada revelou-se estrategicamente comprometedora. Bastou a reviravolta previsível no mercado internacional de combustíveis para que o problema se tornasse vultoso.

Diz o professor Celestino Rodrigues, na entrevista a TM, que "estamos esbanjando um petróleo que não temos. Estamos com uma importação de petróleo tão violenta que não agüentaremos. Nossas reservas são baixas, produzimos apenas 26% do consumo interno. Os 74% importados acabarão consumindo divisas que o país só obterá de volta com muita luta. O deficit de divisas, este ano, deverá ficar em torno de Cr$ 3 bilhões. Aproximadamente Cr$ 2 bilhões serão creditados ao aumento do custo do combustível".

As reservas de xisto betuminoso (cujo programa de produção efetiva de combustível levará no mínimo 3 anos), o aumento da porcentagem de álcool na gasolina (também de demorada e complexa solução) poderão minorar a dependência energética. Porém, enquanto persistir a situação atual, o custo dos transportes continuará onerando excessivamente os preços da mercadoria no mercado interno e externo, retirando parte da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Decididamente favorável ao desenvolvimento das ferrovias, Celestino Rodrigues aponta, na entrevista ,as necessidades básicas do setor: "É preciso uma reformulação total. Primeiro é necessário melhorar o traçado, introduzindo rampas mínimas com grandes raios de curvas. Feito isso, partir para um programa de eletrificação dos grandes troncos. O terceiro ponto seria a uniformização das bitolas em 1,60 m. O Brasil não precisa de mais estradas de ferro. O que é necessário é retificar os traçados atuais, que são antigos, obsoletos e não agüentam mais".



ARQUITETO

Ano II número 16

Tiragem: 11.000 exemplares

ARQUITETO propriedade do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo e Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo.
Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.**
Redação, Administração e Publicidade: Rua Frei Caneca 322 - térreo, telefone: 256-8771, CEP 01307 — São Paulo. Distribuição gratuita dirigida a arquitetos em todo o Brasil.
Assinatura (12 números), Cr$ 60,00.
Número atrasado, Cr$ 10,00.

SAESP
Presidente: Alfredo Paesani; **Vice-Presidente:** Geraldo Vespasiano Puntoni; **Secretário:** Helène Afanasieff; **Tesoureiros:** Roberto Loeb e Gregório Zolko; **Diretor:** Edith Gonçalves de Oliveira. **Suplentes:** Israel Sancovsky, Sérgio Sune Pileggi, José Luis Fleuri de Oliveira, João Clodomiro de Abreu, Léo Bonfim Jr., Luiz Ernesto Gadella.

IAB-SP
Presidente: Eurico Prado Lopes; **Vice-Presidentes:** Benno Michael Perelmutter, Ruy Gama, Eduardo Corona; **Secretário-geral:** José Magalhães Junior; **Secretários:** Walter Renan Abreu Maffei, Maria Cecília Closs Scharlach; **Tesoureiros:** Nedir Falqueiro, Tito Lívio Frascino; **Diretores:** Haron Cohen, José Cláudio Gomes, Fábio Goldman, Rita Olmo Aprigliano, Rogério Antônio Dorsa Garcia, Alessandro Ventura; **Conselho Fiscal:** Geraldo Vespasiano Puntoni, Leon Dikstejn, Vasco de Mello; **Representantes no Conselho Superior:** João Batista Vilanova Artigas, Paulo Archias Mendes da Rocha, Sérgio Zaratini, Israel Sancovsky, William Munford, Fuad Jorge Cury (titulares), Jorge Wilheim, Maurício Kogan, Francisco Petracco.

ARQUITETO
Diretor responsável: Fábio Penteado; **Editor:** Vicente Wissenbach; **Publicidade:** Romeu Onaga (diretor), Luiz Carlos Onaga; **Coordenadores:** Sérgio Teperman, Helene Afanasieff, Maria Helena Flynn; **Grupo Executivo de Divulgação do IAB:** Tito Lívio Frascino (coordenador); **Editoria:** Vivaldo Tsukumo (editor gráfico), Kazumi Kusano (editor assistente/redação), Julio Hungria (Rio), Francisco Caruso (ilustrações), Roberto Correia de Menezes (Produção), Regina Rodrigues de Lima (revisão); **Colaboradores:** Arquitetos Ana Maria Dente, Álvaro Caldeira, Bona de Villa, César Bergström Lourenço, Cristiano Mascaro Maria Cecilia Scharlack, Teru Tamaki, Ubirajara Giglioli, Maria Elisa Canedo (Rio); **Fotografia:** Fotógrafos Associados; **Composição:** Linotipadora Godoy Ltda.; **Fotolitos:** Grafcolor; **Impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga; **Produção:** Schema Editora Ltda.

Prevenção de Incêndios

A evolução tecnológica tornou obsoletos os códigos de obras da maioria das metrópoles brasileiras. Nesta matéria, sugestões paar elaboração de uma nova legislação.

Como evitar novas tragédias nos edifícios urbanos

Que medidas adotar para evitar que ocorram novos Joelmas e Andraus? Que fazer para que os edifícios tenham a necessária segurança, impedindo que o fogo devore novos prédios e vidas? A realidade é que, em primeiro lugar, os códigos de obras em vigor na maioria das capitais brasileiras é obsoleto. O de São Paulo ainda se baseia no Código Arthur Saboya, de 1934, época em que a cidade ainda era uma capital provinciana e se espantava com a altura do Edifício Martinelli (hoje América), da avenida São João, pois eram raros os "arranha-céus". O consumo de energia elétrica, no interior dos prédios, reduzia-se, praticamente, ao das lâmpadas elétricas e elevadores. A multiplicação dos eletroeletrônicos — condicionadores de ar, computadores, centrais telefônicas, aparelhos domésticos usados na manutenção, etc. — e a utilização do espaço numa escala muito superior à projetada, comum nos edifícios do centro, atualmente ocasionam uma demanda de energia elétrica em níveis bem maiores que os previstos no projeto.

Mesmo os eletricistas autodidatas sabem perfeitamente que, quando os fusíveis começam a se queimar com muita freqüência, a causa é a sobrecarga nas instalações. Enquanto a demanda de energia continua aumentando no edifício, com a ampliação de seções, aumento do número de aparelhos e pessoal, as instalações elétricas continuam sendo utilizadas sem modificações.

Isso explica, por exemplo, a causa da catástrofe dos edifícios Andraus e Joelma. No primeiro caso, a Light tinha advertido várias vezes os responsáveis pelo prédio: a tensão elétrica era muito maior do que a rede interna poderia suportar e os transformadores deveriam ser substituídos. Nada foi feito e a conseqüência foi o incêndio.

No Joelma, o laudo pericial apontou também como causa fundamental da tragédia a sobrecarga. A primeira versão era a de que teria ocorrido um curto-circuito num aparelho de ar condicionado (grande consumidor de energia). Mas, na realidade, o incêndio começou no 12.º andar. Por excesso de carga, o pavimento ficava constantemente sem energia: o disjuntor se aquecia em excesso, desligando-se automaticamente. Ele iria ser substituído por outro, de amperagem maior — solução paliativa e não aconselhável. A chave não chegou a ser trocada, pois um curto-circuito chegou antes, dando origem ao incêndio que deixou um saldo de 188 mortos e mais de 200 feridos.

O decreto 10 878

Ainda sob o clima emocional gerado pelo incêndio do Joelma, São Paulo recebeu novas normas de prevenção contra incêndio da Prefeitura: o decreto 10 878, baixado no dia 8 de fevereiro de 1974. O prefeito Miguel Colasuonno antecipava parte das normas do novo Código de Obras (que seria questionado pela comissão do IAB — ver **Arquiteto** n.º 14). O decreto estabeleceu uma série de exigências para os edifícios a serem construídos, ampliados, reconstruídos ou reformados. Entre essas exigências estão: caixas de escadas isoladas, de modo a resistirem a quatro horas de fogo; acessos revestidos de material não inflamável; lajes de cobertura capazes de suportar o impacto do peso de um helicóptero (apenas para prédios com altura superior a 35 metros), paredes, lajes, materiais resistentes ao fogo; duas escadas especiais, para edifícios com mais de 2 000 m² de área e a responsabilidade expressa dos autores e executores do projeto de estruturas e instalações elétricas, que, em laudo especial, deverão confirmar as suas características.

O decreto define rigorosamente as dimensões das lajes, de paredes, veda certas soluções técnicas em função de outras, e, em alguns casos, chega a adotar padrões conflitantes aos fixados pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em sua NB 208 (Medidas de Precaução e Saídas de Emergência em Edifícios Altos).

Os edifícios já construídos devem ter, agora, laudos assinados por dois engenheiros ou arquitetos (credenciados pelo CREA), atestando as condições de segurança. O laudo é obrigatório para os prédios com mais de 750 m² e mais de quatro andares. O prazo para sua entrega à Prefeitura já foi prorrogado três vezes e o resultado é desanimador: existem em São Paulo mais de 10 000 prédios e o Grupo Especial de Peritagem recebeu, até agora, pouco mais de trezentos laudos. Na maior parte, provêm de indústrias regulares e perfeitamente enquadradas dentro das novas exigências. O problema é que as sanções só são aplicadas em caso de incêndio.

Para o arquiteto Roberto Cerqueira César, um dos conferencistas do Simpósio sobre Sistemas de Prevenção contra Incêndios em Edificações Urbanas, promovido pela Câmara dos Deputados, em junho, esse resultado é surpreendente: "Não esperava nem isso, pois a atual legislação procura transferir a particulares uma responsabilidade exclusiva do poder público e deixa de lado a hipótese de uma fiscalização constante". "Se houvesse um corpo técnico da Prefeitura que percorresse a cidade, selecionando os edifícios de maior risco, fazendo vistorias e intimando os proprietários a adotarem medidas, seria bem diferente", prossegue Cerqueira César. "Sem uma intimação, uma atitude mais enérgica, ninguém vai fazer nada."

Uma das teses do simpósio foi a de que deveria se atribuir ao Corpo de Bombeiros essa tarefa. Seria uma espécie de "polícia administrativa" para executar a fiscalização, determinando as correções a serem feitas.

Os materiais e o fogo

No setor de materiais de construção há uma nova preocupação: os fabricantes acrescentaram aos cuidados com a qualidade e apresentação de seus produtos as características de inflamabilidade, resistência à combustão e não-propagação das chamas. Muitas empresas passaram a utilizar matérias-primas incombustíveis. Hoje, um laudo do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), que faz testes rigorosos, é um dado que eleva o índice de vendas.

Existem equipamentos automáticos de combate ao fogo, como os **sprinklers** (utilizados, por exemplo, no prédio da Petrobrás, no Rio), que, a partir de determinada temperatura, passam a jogar jatos de água. O anteprojeto do novo Código de Obras de São Paulo prevê sua utilização obrigatória em lojas de departamentos com mais de 2 000 m² de área.

O coronel Orlando Secco, ex-integrante do Corpo de Bombeiros de São Paulo, hoje trabalhando na Resmat — que fabrica o **sprinkler** —, diz que a indústria nacional produz uma boa variedade de equipamentos e materias incombustíveis, incluindo alarmas e detetores de fumaça.

A Resmat fabrica também portas e muros corta-fogo, para saguões ou caixas de escada, indispensáveis — segundo a ABNT — para a segurança dos grandes edifícios. São fabricados com três ou quatro camadas de madeira, envoltas em um "envelope" de chapas metálicas de aço chumbado, como pequenos gomos, resistindo, assim, a muitas horas de fogo.

Largamente utilizados em inúmeros países, os forros desmontáveis de alumínio já são fabricados no Brasil. O Dampa-10, fabricado pela Gindler segundo normas britânicas, é um forro de alumínio em lâminas, esmaltado a forno, de 0,5 mm de espessura, com papel de seda preto e lã mineral embutida no verso. Em testes feitos pela Warrington Research Center, foi submetido a temperaturas elevadas: não houve propagação de chamas em nenhuma das peças testadas.

Além disso, o Dampa-10 permite — por ser desmontável — a ampliação das instalações elétricas com facilidade. Há um tipo especial, para sistema central de ar condicionado. E, como as lâminas são perfuradas, os cabos elétricos sobre o forro têm

Prevenção de Incêndios

O Simpósio de Brasília analisou aspectos da prevenção de incêndios em edificações urbanas, reunindo técnicos no assunto: a solução está no global — no planejamento — e não no particular.

Como evitar novas tragédias nos edifícios urbanos

maior ventilação, reduzindo a possibilidade de superaquecimento.

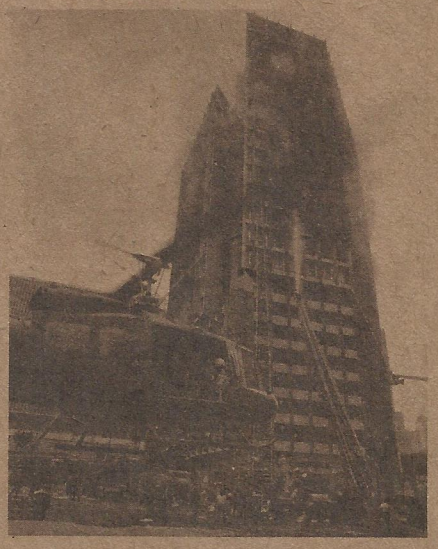
Outra empresa que produz forro metálico com proteção acústica, resistente a altas temperaturas, é a Alumínio Ajax. O alumínio é incombustível e a lã de vidro ou de rocha destinada à proteção acústica não queima até 600 graus centígrados, segundo testes do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Toda a sustentação — tirantes e porta-painéis — também é de alumínio. Por sua rigidez, o forro pode ser projetado para a sustentação de tubulações de **sprinklers.**

O difusor de luz de acrílico foi substituído por material incombustível: uma grelha de alumínio com aletas estampadas nos próprios painéis do forro. O produto da Ajax é fabricado de acordo com as normas da NFPA (National Fire Protection Association, dos EUA), por especificação da Hidroservice, que vai utilizá-lo no aeroporto internacional do Rio de Janeiro e no aeroporto de Manaus.

Entre os pisos resistentes ao fogo, há o Paviflex, produzido pela Fademac: é fabricado com uma liga termoplástica constituída de resina vinílica e fibras de amianto, não conduzindo nem propagando as chamas. A altas temperaturas, o piso vira pó, simplesmente.

A Gypsum do Nordeste fabrica forros, paredes e divisórios incombustíveis. São alguns exemplos dos muitos materiais hoje disponíveis no mercado, entre os quais se contam carpetes e tecidos para cortinados fabricados com fibras anti-fogo.

A Metalúrgica La Fonte, por sua vez, desenvolveu tipos especiais de fechaduras para portas corta-fogo. E enquanto as indústrias pesquisam e lançam no mercado novos produtos para diminuir ou atenuar os riscos de incêndio, os arquitetos preocupam-se também com o problema das cidades em si, e com as normas básicas para construção.



Segurança é planejamento

A tese dos planejadores urbanos é a de que a segurança das concentrações populacionais é fruto do planejamento. A esperança deles se volta agora para o nível federal, onde a recém-criada Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) poderia atuar também no que se refere a normas de segurança de edifícios, dentro de um programa mais amplo de planejamento urbano.

Muitos esperam que a CNPU reestude um projeto de legislação sobre segurança de edifícios, enviado ao Congresso pelo governo federal logo após o caso do Joelma, mas que foi retirado por conter certas imperfeições técnicas e jurídicas. E que esse reexame leve em consideração as conclusões dos simpósios sobre o assunto, como o promovido pela Câmara dos Deputados e pelo IAB-SP.

O Simpósio de Brasília

Sem dúvida, um dos mais importantes acontecimentos com relação à segurança de edifícios foi o Simpósio de Prevenção contra Incêndios em Edificações Urbanas, promovido pela Câmara dos Deputados na primeira semana de junho, porque reuniu técnicos que conhecem intimamente o problema. Os conferencistas foram os arquitetos Eurico Prado Lopes, presidente do IAB-SP, que apresentou as conclusões de um seminário realizado pela seção paulista do Instituto; Jaime Lerner, prefeito de Curitiba; e Roberto Cerqueira César (ex-presidente da EMURB).

O resultado do encontro foi um documento contendo recomendações e sugestões (ver box), além de um texto elaborado pelo IAB-Brasília (representado por nove arquitetos) suplementando as conclusões do simpósio.

O deputado José Roberto Faria Lima, presidente da Comissão Especial de Poluição Ambiental, que organizou o Simpósio, defendeu o planejamento institucionalizado como solução para as conseqüências do crescimento urbano desmedido (pouco depois viria o decreto criando a CNPU). Para ele, a concepção integrada da área metropolitana permite visualizar melhor a solução para os problemas básicos.

O conferencista Roberto Cerqueira César disse que "a cidade vertical não é resultado de um capricho, uma forma de ostentação ou mero sistema de progresso", referindo-se à proliferação de edifícios com muitos andares em pequenas cidades do interior — muitas vezes desnecessários, pois o espaço ainda não é problema. Nesse particular entra o problema do planejamento, pois muitas vezes os códigos municipais são complacentes, não definindo normas básicas de prevenção de incêndios e segurança. "Até agora", acrescentou, "os códigos e posturas municipais do país eram singularmente omissos a esse respeito. As autoridades municipais aprovavam a construção de grandes estruturas sem a menor preocupação com as conseqüências de um eventual sinistro."

Ele reivindicou "a ação de uma legislação bem elaborada, desde que haja fiscalização eficiente" para os novos edifícios e uma atitude realística para as obras existentes, pois "interditar, impedir que um prédio já edificado continue a ser utilizado é algo simplesmente teórico". Jaime Lerner, prefeito de Curitiba, também insistiu na necessidade de planejamento como única fórmula capaz de solucionar os graves problemas urbanos, entre eles o de prevenção contra incêndios. "Esses problemas", frisou, "são todos frutos amargos que a improvisação e a inconseqüência semearam no passado e que agora estamos colhendo." Lerner, que expôs os cuidados adotados no plano da cidade industrial de Curitiba, defendeu a definição de normas a serem observadas nas construções para evitar o início e a propagação do fogo, facilitar a evacuação dos ocupantes e ação dos bombeiros, ao invés de se exigir a instalação de equipamentos que não se sabe se serão manuseados corretamente ou funcionarão a contento.

O IAB do Distrito Federal, considerando que as conclusões não haviam esgotado todos os aspectos do tema, elaborou um documento, onde afirma que "a segurança de edificações urbanas, particularmente no que se refere à prevenção de incêndios, tende a ser encarada sob o ponto de vista parcial de construção isolada, restringindo o conhecimento do tema na preocupação com os recursos materiais e equipamentos disponíveis, bem como a tipificação de espaços ambientais nas edificações. Tais preocupações, embora necessárias, refletem uma atitude simplificadora e imediatista de confiar a segurança das edificações à eficiência de determinados equipamentos, já que a experiência tem demonstrado, salvo exceções, a dificuldade de se aplicar, pelo menos no que diz respeito à edificação isolada, os princípios básicos que norteiam a arquitetura contemporânea, toda ela elaborada sob conceitos de conforto e segurança".

Os arquitetos de Brasília defenderam o ponto-de-vista de que a sofisticação dos equipamentos empregados não seria a solução, pois "o uso de uma tecnologia específica de combate e prevenção de incêndios deve apoiar-se sobre fatores inerentes a uma política de correta ocupação do espaço físico da cidade".

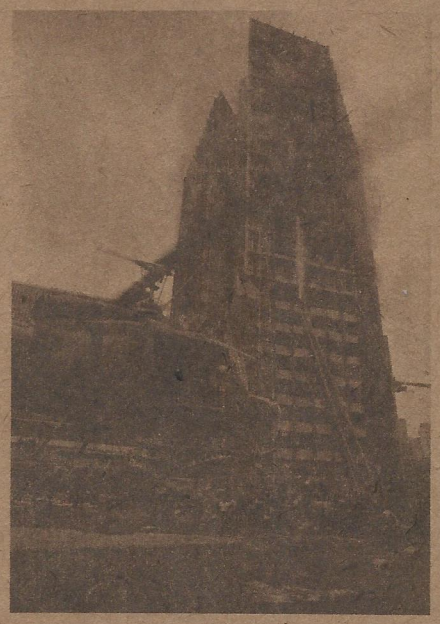
"A prevenção de incêndios em edificações urbanas", prossegue o documento, "vincula-se ao estudo e pesquisa de um conjunto de problemas que, em dimensões variáveis, vem se abatendo sobre os centros urbanos, gerados no processo de expansão, rápido e desordenado, características do fenômeno maior, a metropolização."

"A segurança e prevenção de incêndios nas edificações urbanas", conclui, "decorre da aplicação e manutenção de uma legislação obsoleta, cujas normas, precárias e ineficazes, permitem a ocupação e uso indiscriminado do solo urbano, cujos resultados imediatos são a alta concentração dos centros urbanos e, em conseqüência, a saturação dos equipamentos de infra-estrutura urbana."

Prevenção de Incêndios

Aqui, as principais propostas e recomendações do Simpósio que pediu a formação de um grupo de alto nível para elaborar um Código Nacional de Prevenção contra Incêndios e Riscos Afins.

Como evitar novas tragédias nos edifícios urbanos



As principais propostas e recomendações do Simpósio de Prevenção contra Incêndios são as seguintes:

1.º) — à Secretaria de Planejamento da Presidência da República a nomeação de um grupo de Alto Nível com a finalidade de elaborar um Código Nacional de Prevenção contra Incêndios e riscos afins, que regule a proteção, sob os aspectos estrutural e operacional e dê competência aos Corpos de Bombeiros para executar a orientação preventiva e exercer o poder de polícia administrativa, nos atos de proteção a bens e vidas;

2.º) — ao Poder Executivo a adoção de uma política nacional capaz de dotar os Corpos de Bombeiros de uma infra-estrutura técnica compatível, recomendando: a) o desenvolvimento das Corporações em função do crescimento populacional e dos riscos específicos de cada cidade brasileira; e b) que seja garantido aos Corpos de Bombeiros o necessário suporte orçamentário, inclusive a criação de taxas de segurança;

3.º) — ao Ministério da Educação e Cultura: a) o estabelecimento de um programa que permita a sistematização do desenvolvimento da educação preventiva, objetivando criar uma mentalidade de segurança em todos os níveis de escolaridade e camadas da população; b) a inclusão, nos currículos das Faculdades de Engenharia e Arquitetura da disciplina "Prevenção contra Incêndios";

4.º) — ao Ministério da Indústria e Comércio: a) que os seguros de incêndios e de riscos afins, de edifícios urbanos, independentemente de sua ocupação, tenham agravações tarifárias inversamente proporcionais ao grau de segurança contra incêndios que apresentem, mediante classificação de conformidade com normas técnicas estabelecidas;

5.º) — ao Ministério da Justiça a revisão da legislação dos Edifícios em Condomínio, para melhor definir as atribuições e obrigações do síndico, quanto aos assuntos correlacionados com a proteção contra incêndios;

6.º) — ao Poder Executivo: a) que estimule a implantação de Planos Diretores de Planejamento Urbano nas cidades e áreas metropolitanas e que seja feita a classificação adequada dos edifícios quanto à sua segurança contra incêndios, dando, para atingir esse objetivo, maior desenvolvimento à Fiscalização Técnica; b) que, pelos seus órgãos e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas tome medidas consentâneas de normalização, providenciando: I) a consolidação e atualização da Normalização sobre Incêndios, inclusive Fiscalização Técnica e o uso da Marca de Conformidade de materiais respectivos; II) Manutenção e Segurança de edifícios existentes; III) Códigos de Edificações com exigência de atuação de profissionais legalmente habilitados, tanto no projeto como na execução e na Fiscalização Técnica; IV) Comercialização de materiais sujeita à aprovação prévia por órgão competente.

7.º) — aos Governos Federal, Estadual e Municipal maior entrosamento entre todos os setores públicos, autárquicos ou privados, responsáveis pelos assuntos de segurança, para que se equacione e procure soluções para os problemas comuns, de uma forma adequada;

8.º) — ao Ministério da Educação e Cultura e à Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, da Previdência da República, que, através dos meios de educação em massa, especialmente pela televisão, nos horários a eles reservados, propiciem a divulgação de matéria educativa de prevenção contra incêndios;

9.º) — aos órgãos de Segurança Pública e aos Corpos de Bombeiros o recebimento, estudo e pareceres sobre os inventos que venham a ser apresentados, objetivando os salvamentos e a prevenção contra incêndios para os prédios existentes;

10.º) — à Superintendência de Seguros Privados: a) que estabeleça para o mercado segurador a obrigatoriedade da manutenção de Engenheiro de Segurança em seus quadros técnicos, admitida a contratação ou convênio e inclua, nas tarifas de seguro, adicionais de altura em quaisquer tipo de edificações; b) que as companhias seguradoras sejam obrigadas a comunicar ao órgão municipal competente os contratos de seguros contra incêndios, sempre que cubram risco superior a determinado índice;

11.º) — às Prefeituras Municipais: a) que mantenham serviço especializado de fiscalização das normas sobre construção, ocupação e utilização de edifícios, relativas à segurança contra incêndios; b) que os alvarás de construção nos edifícios com mais de 4 (quatro) pavimentos, bem como dos edifícios sujeitos a grandes concentrações públicas, condicionem a ocupação e utilização do imóvel a fins determinados, vedada, sob as sanções cabíveis, as suas modificações de uso sem aprovação do órgão municipal competente; c) que obriguem os responsáveis pela administração de edifícios com mais de 4 (quatro) pavimentos e dos sujeitos a grandes concentrações de público, a informação, através de formulário próprio, anualmente, das condições de segurança contra incêndios do respectivo edifício; d) que determinem às empresas distribuidoras de energia elétrica a obrigação de comunicar ao órgão municipal competente os casos verificados de excesso de consumo em relação à demanda prevista no projeto aprovado;

12.º) — ao Poder Executivo: a) que sejam equipados, convenientemente, o Instituto Nacional de Tecnologia e demais órgãos que, também, aprovem e controlem qualidades de materiais ou uso de equipamentos; b) que se dote os Corpos de Bombeiros de normas que lhes permitam a aprovação da qualidade de materiais e equipamentos, para o combate a incêndios; c) que sejam incluídos, nos Códigos de Edificações, dispositivos para garantir o projeto e a implantação de rede de abastecimento de água, conforme o tipo da zona urbana a ser atendida, que satisfaça a demanda de combate a incêndios.

13.º) — à Associação Brasileira de Normas Técnicas e ao Instituto de Resseguros do Brasil: que, para os edifícios existentes, seja implantada normalização adequada e especificado, nos Códigos de Edificações, o que for necessário para segurança da manutenção desses edifícios, principalmente quanto a: aviso e comunicação interna e externa; plano de segurança e evacuação; revisão de tratamento de interiores de edifícios de uso público; controle da demanda de energia; classificação dos edifícios quanto à sua segurança e revisão periódica das instalações elétricas;

14.º) — ao Conselho Nacional de Petróleo: que sejam revistas as normas que disciplinam a estocagem e instalação de botijões de gás liquefeito, de forma a fazer-se a primeira em áreas e quantidades convenientes e a última com os depósitos na parede externa dos edifícios e com canalização metálica.

15.º) — ao Poder Legislativo o estudo e implementação da legislação penal aplicável à responsabilidade de autoridades que permitirem a construção de edifícios sem as condições mínimas de prevenção contra incêndios e segurança;

16.º) — às Prefeituras Municipais providências no sentido de adotarem legislação apropriada para a cassação de licença de funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais e a interdição de prédios residenciais que infrinjam as normas de segurança contra incêndios;

17.º) — ao Ministério do Interior, através dos seus órgãos competentes (Banco Nacional da Habitação e outros) e os demais organismos federais, estaduais e municipais (caixas econômicas, bancos) que dêem prioridade aos financiamentos de obras e instalações para a melhoria de segurança contra incêndios nos edifícios.

CNPU: as expectativas e propostas dos planejadores urbanos

A criação da CNPU — Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana — foi recebida com otimismo pelos arquitetos ligados ao planejamento urbano. É praticamente generalizada a opinião de que ela significa o reconhecimento oficial das distorções provocadas no meio urbano pelo processo de desenvolvimento econômico e a disposição do governo em corrigir essa situação. E isso é altamente positivo, na medida em que praticamente institucionaliza o planejamento urbano.

Mas, de que maneira serão cumpridas a estratégia e as diretrizes propostas pela CNPU? Qual será o instrumental para a execução de sua política? As propostas dos urbanistas variam na forma, mas, em conteúdo, preconizam a necessidade de estruturação de um órgão realmente forte, para que as medidas sugeridas pela exposição de motivos do decreto baixado no dia 5 de junho sejam postas em prática.

O estabelecimento de uma política urbana em nível nacional altera a própria maneira de a cidade se encarar. Ela deixou de ser um fenômeno urbano isolado, voltada sobretudo para si mesma, para se integrar em um contexto intra-regional, regional e nacional. Possivelmente os atuais mecanismos de financiamento de obras de urbanização deverão se adequar a uma nova política (sugerida pelo decreto), uma vez que as cidades terão uma função delineada dentro de uma estrutura nacional.

Um aspecto que alguns urbanistas estranharam foi a ausência de referências ao problema da poluição ambiental, que não mereceu sequer menção na exposição de motivos do decreto. A poluição — dizem eles — não pode ser desvinculada da problemática urbana, e, portanto, deve haver uma interação entre a CNPU e a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente). Sugere-se, inclusive, uma política anti-poluição que envolva também os órgãos de financiamento à indústria, como o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).

Para levantar as opiniões dos urbanistas, Arquiteto **entrevistou o arquiteto Sérgio Zaratin, do Grupo Executivo da Grande São Paulo (GEGRAN); engenheiro João Evangelista Leão, da Coordenadoria Geral de Planejamento da Prefeitura de São Paulo (COGEP); arquiteto Alberto Botti, da EMURB (Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo); arquiteto Roberto Cerqueira César (ex-presidente da EMURB); e arquiteto Jorge Wilheim.**

"A criação da CNPU é o reconhecimento de que a dimensão espacial e territorial é parte intrínseca do processo de desenvolvimento e não pode ser separada dele. É o reconhecimento de um tese que sempre foi defendida pelos arquitetos e resulta da experiência acumulada ao longo dos anos na organização do espaço econômico brasileiro", diz Zaratin. Na sua opinião, nos últimos anos, uma série de dispositivos que vinham sendo institucionalizados já preparavam terreno para a implantação de uma política permanente de planejamento urbano e regional no país. Ele cita, como exemplos, o trabalho do SERFHAU, as linhas de financiamento do BNH e o que ele chama de dispositivos de "pressão": leis orgânicas que compeliam os municípios a realizarem seus planos diretores; exigência de planejamento prévio para a concessão de financiamentos destinados ao desenvolvimento urbano; e criação de mecanismos legais para a solução dos problemas da rede urbana, como as regiões metropolitanas.

Entretanto, diz Zaratin, a experiência acumulada permitia constatar que, para apoiar as intervenções de caráter local e regional sobre a rede urbana, tornava-se necessária a formulação de uma política espacial e territorial ao nível do país e das macro-regiões. "É exatamente isso que vem a ser o objetivo da criação da CNPU, o coroamento positivo de um processo no qual houve uma participação construtiva e crítica da tecnologia brasileira e das áreas profissionais", acrescenta. Segundo o arquiteto Jorge Wilheim, a reivindicação — por parte dos arquitetos — de uma política urbana nacional data de 1963, quando o IAB realizou em Petrópolis (RJ) e em São Paulo o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, posição reiterada no ano passado, durante o Encontro Nacional sobre Metropolização no Brasil.

"Nós pleiteávamos há muito tempo que o governo adotasse uma política urbana. Queríamos a explicitação de uma estratégia referente ao desenvolvimento de aglomerados urbanos e sua função dentro da estratégia de desenvolvimento do país. O texto da exposição de motivos do decreto demonstra conhecimento de causa. Não é comum ver-se textos oficiais com tal precisão. Isto comprova a existência de um lento preparo e participação de muitos técnicos na sua elaboração. É portanto, um sinal de amadurecimento."

A visão de João Evangelista Leão, da COGEP, é semelhante: "Há muitos anos ouvíamos falar da necessidade de uma política urbana nacional. Pela primeira vez o governo federal utiliza essa expressão e reconhece, de modo explícito, a importância da urbanização no Brasil, identificando o seu papel frente às disparidades entre as regiões — ao nível nacional — e a deficiência de serviços — ao nível urbano. O documento que criou a CNPU reconhece a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento urbano e se propõe a criar um organismo capaz de assegurar a execução dessa política. O importante, agora, é definir a forma de seus instrumentos".

A instrumentalização também é a preocupação de Alberto Botti, presidente da EMURB: é preciso definir melhor como se dará a execução da política da CNPU. Mas, ressalta Botti, a instituição da Comissão é "auspiciosa, na medida em que representa uma tomada de posição face a um dos problemas de nossa época — o crescimento desordenado das grandes metrópoles, que ultrapassa o âmbito municipal para atingir níveis nacionais. Como conseqüência, temos a diminuição do padrão de vida dos habitantes, pelo aumento geométrico dos problemas da cidade, em confronto com a capacidade aritmética de enfrentá-los".

Como será a atuação?

Os textos da exposição de motivos e do decreto em si não adiantam como será a atuação — a instrumentalização — da CNPU. Evangelista Leão diz que para cumprir seu papel a Comissão deverá ser um órgão forte, com amplos poderes, capaz de influenciar todos os mecanismos direta ou indiretamente ligados ao problema urbano, sem o que não poderá exercer, como deveria, sua função.

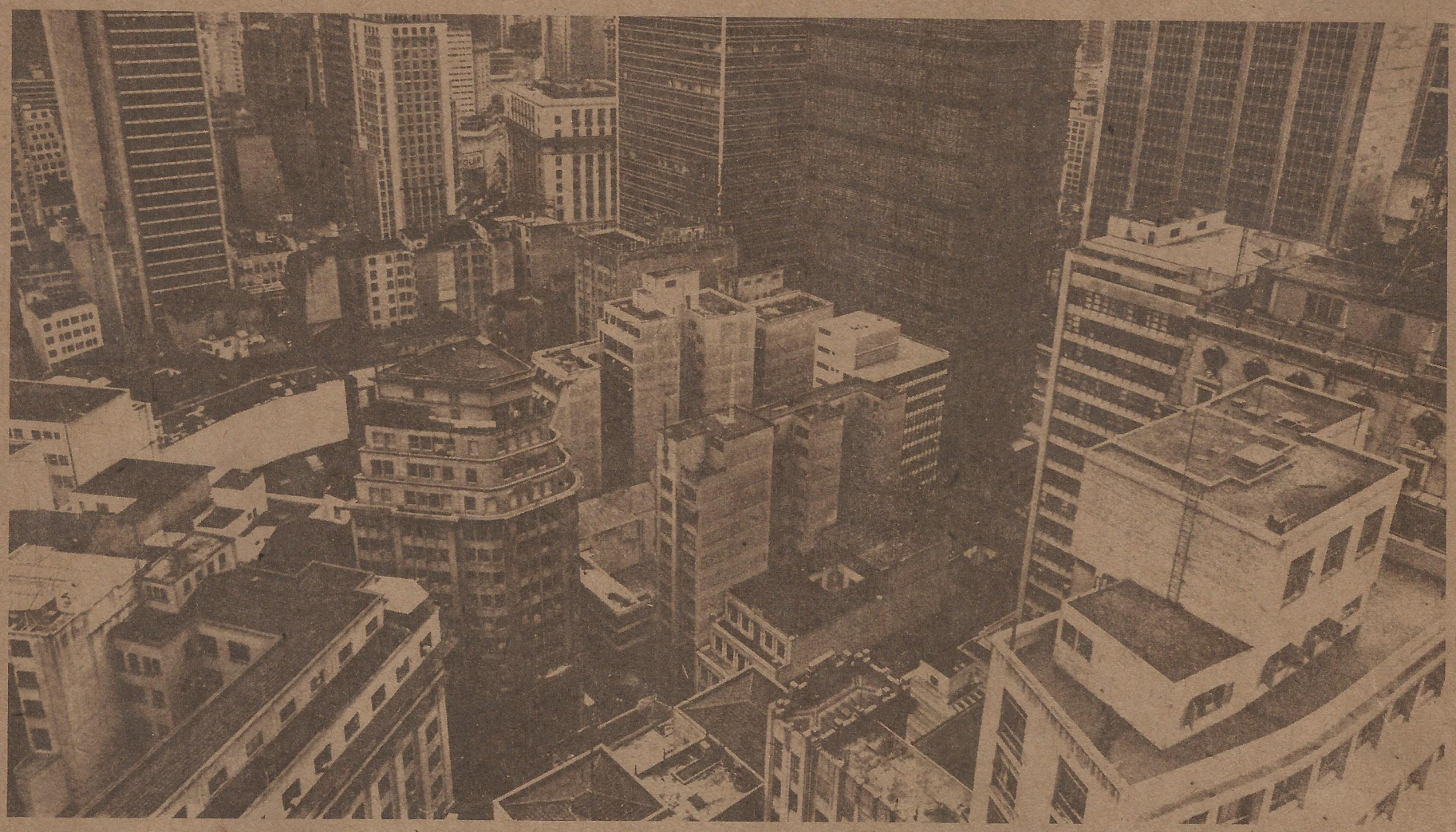
Ele acredita que a Comissão vai se apoiar em um núcleo técnico "capaz de, a cada momento, aprofundar, detalhar e atualizar os objetivos e diretrizes adotados". Ao mesmo tempo, o organismo deve possuir condições de acompanhar e avaliar os planejamentos dos vários pólos urbanos nacionais, já que sua ação terá como base os projetos concebidos a nível local, que, por sua vez, deverão estar em consonância com os objetivos da política urbana nacional".

Como o estabelecimento de uma política nacional, o governo visa integrar as várias regiões constituindo uma espécie de "malha urbana nacional", com pólos principais e secundários e definindo o modelo brasileiro de urbanização, através do qual se identificará a função social e econômica de cada cidade.

O papel da cidade dentro desse organismo urbano poderá, inclusive, alterar sua configuração física. João Leão diz que, agora, as cidades terão uma visão voltada "para fora", integrada num contexto, enquanto que antes a tendência era uma visão "para dentro", restrita aos limites do município.

A concessão de financiamentos para obras de infra-estrutura e outras voltadas para a urbanização deverá ser condicionada, pelo que se deduz, à adequação à política estabelecida. Uma expressão freqüentemente usada no documento e que, na minha opinião, passa a ser o instrumento-chave do funcionamento da CNPU é o planejamento (ou política) do uso do solo. Isto porque cada núcleo local deverá definir e instrumentalizar sua respectiva política de uso do solo, determinando a política de investimentos urbanos e gerando projetos passíveis de serem submetidos à CNPU (ou aos órgãos por ela indicados) se necessitarem de

Para por em prática a estratégia estabelecida pela CNPU, é preciso — principalmente — dar condições para que ela seja executada em todos os âmbitos, especialmente o municipal.



investimentos diretos ou indiretos do governo federal", diz João Leão.
A política de uso do solo será o instrumento de comunicação e avaliação do governo federal. Por outro lado, continua ele, ocorrerá também uma "inevitável e desejável valorização dos trabalhos de planejamento. Os órgãos locais de planejamento deverão estar organizados para operar como contrapartidas locais da CNPU, dos conselhos metropolitanos e outros órgãos estaduais e federais de planejamento".
O coordenador da COGEP acrescenta que a desconcentração intra-regional já vinha sendo praticada em São Paulo, com o fortalecimento de pólos alternativos como as regiões de Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba, através da canalização de investimentos de infra-estrutura para a atração de indústrias.
A CNPU, por outro lado, enfatiza também a implantação de serviços de transporte de massa eficientes, adequados à dimensão urbana e à intensidade do fluxo. Isso possivelmente provocará uma reorientação da política de transportes de muitas cidades.

Planejamento regional

Para Sérgio Zaratin, do GEGRAN, a estrutura proposta pela CNPU implica na necessidade de planejamentos regionais integrados. E os meios para sua implantação? "Nós temos verificado, no desenvolvimento das tentativas de implantação do planejamento espacial e territorial no país, uma relativa discrepância entre as formulações, expectativas e nível dos planos elaborados, e a capacidade dos órgãos públicos, principalmente as prefeituras, de levá-los à prática."
Essa discrepância é causada pela carência dos órgãos que são incapazes de operar com a tecnologia sugerida. Deve-se levar em conta — acrescenta ele — que, em última análise, quem vai executar a política espacial e territorial a ser definida são esses órgãos, em geral ligados às prefeituras. Por isso se torna necessário aumentar a capacidade desses órgãos e prefeituras, para que possam contratar pessoal e serviços técnicos de bom nível, na medida da implantação dos planos.
Zaratin ressalta também a importância de uma política fundiária, a nível regional, metropolitano e municipal: "Consiste fundamentalmente em dar condições ao poder público para formar um estoque de terras que lhe permita liderar certos processos de expansão urbana e de reurbanização e, por outro lado, prover as demandas sempre crescentes de áreas para a localização de equipamentos sociais e de infra-estrutura. Isso só será possível se os órgãos municipais e mesmo estaduais — que são os que necessariamente conduzem a política regional — tiverem ampliada a sua capacidade de desapropriação e aquisição de terrenos urbanos".
A exposição de motivos do decreto fala em se evitar o crescimento excessivo dos grandes aglomerados, como São Paulo e Rio de Janeiro, através da desconcentração intra-regional do sistema urbano dominante, ou seja, através da criação de pólos secundários. A tese da EMURB é a de que a origem de muitos problemas de São Paulo está além de seus limites: como exemplo, o crescimento demográfico provocado pela migração interna intra-regional e regional.
São Paulo — com o agravamento de seus problemas — "está atingindo tais extremos que uma total e rápida deterioração do sistema pode acontecer a curto prazo se não forem tomadas as necessárias providências". Como é impossível controlar determinados problemas, cuja origem transcende a alçada municipal, a proposta da EMURB é a ordenação do crescimento urbano, através de programas como o Projeto Leste, que, segundo Alberto Botti, por sua dimensão, devem ter participação federal.
"As teses levantadas podem merecer desdobramentos, debates e opiniões diversas", diz Jorge Wilheim. Ele destaca o aspecto da diversificação de função das metrópoles, de acordo com a região. Essa necessidade já havia sido constatada por Wilheim quando elaborou, por exemplo, os planos de Curitiba e de Fortaleza: as soluções devem se adequar ao papel que as metrópoles exercem. Essa mesma posição está contida no relatório sobre pólos metropolitanos elaborado por ele para o SERFHAU, em 1968.
Quanto ao estímulo à formação de pólos secundários para absorver o crescimento de grandes aglomerados como São Paulo e Rio, Wilheim também já vinha defendendo a tese de que "não se devia suportar passivamente o ônus das metrópoles que foram acontecendo".
Wilheim acredita que a CNPU deve se limitar ao estabelecimento de estratégias e estímulo ao desenvolvimento de planos locais, "pois o controle e a centralização podem impedir seu perfeito funcionamento".
Roberto Cerqueira César, ex-presidente da EMURB, explica que, na sua opinião, o papel fundamental da Comissão deveria ser o de coordenação dos planos municipais entre si, e destes com os planos estaduais e federais, exercendo sobretudo uma tarefa de orientação para que os projetos sejam desenvolvidos harmonicamente, dentro de uma coerência.
Para ele, a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana é uma arma de dois gumes: "Se a estratégia e as diretrizes propostas forem mal aplicadas, a CNPU poderá se tornar um desastre, pois pode até mesmo se transformar num organismo político para acirrar as rivalidades entre as áreas".

Congresso UIA

No XII Congresso da UIA (Madri, maio de 1975), os arquitetos discutirão o processo pelo qual se processa a síntese da criatividade arquitetônica — a ideação mais tecnologia.

Arquitetos brasileiros preparam-se para ir ao XII Congresso da UIA

Delegações dos 74 países filiados à União Internacional dos Arquitetos — cerca de 3 a 4 mil representantes — participarão do XII Congresso Mundial da UIA. De 5 a 10 de maio de 1975, reunidos em Madri, os arquitetos analisarão o tema "Criatividade Arquitetônica — Imaginação + Tecnologia".

A UIA explica por que o tema "Criatividade Arquitetônica — Imaginação + Tecnologia" foi escolhido para o Congresso de Madri:

Toda a criação arquitetônica nasce de uma idéia ordenadora — a imaginação (ou ideação). Para realizá-la, é necessário um processo de análise, instrumentalização e materialização — a tecnologia. Mas este processo tecnológico sofre a imposição das limitações existentes, ou, ao contrário, oferece novas possibilidades de expressão — que reduzem ou acrescem, respectivamente, a liberdade criativa.

Por outro lado, as novas idéias precisam, para se concretizar, do desenvolvimento de técnicas adequadas. Em conseqüência, o método de projeção, em Arquitetura, consiste habitualmente num processo empírico de repetição que propõe uma idéia viável, em contraste com as possibilidades que oferecem as técnicas disponíveis.

A tecnologia, porém, sofre o mesmo processo, e sucessivas confrontações e retrocessos são necessários para a obtenção de um resultado viável.

Não se sabe como se processa a síntese final idéia/tecnologia. Não se cogita a adoção de uma atitude pragmática, mistificando uma tecnologia desumana, como se, isoladamente, ela apenas, pudesse ter um sentido.

O Congresso se propõe a aprofundar as pesquisas sobre a síntese:

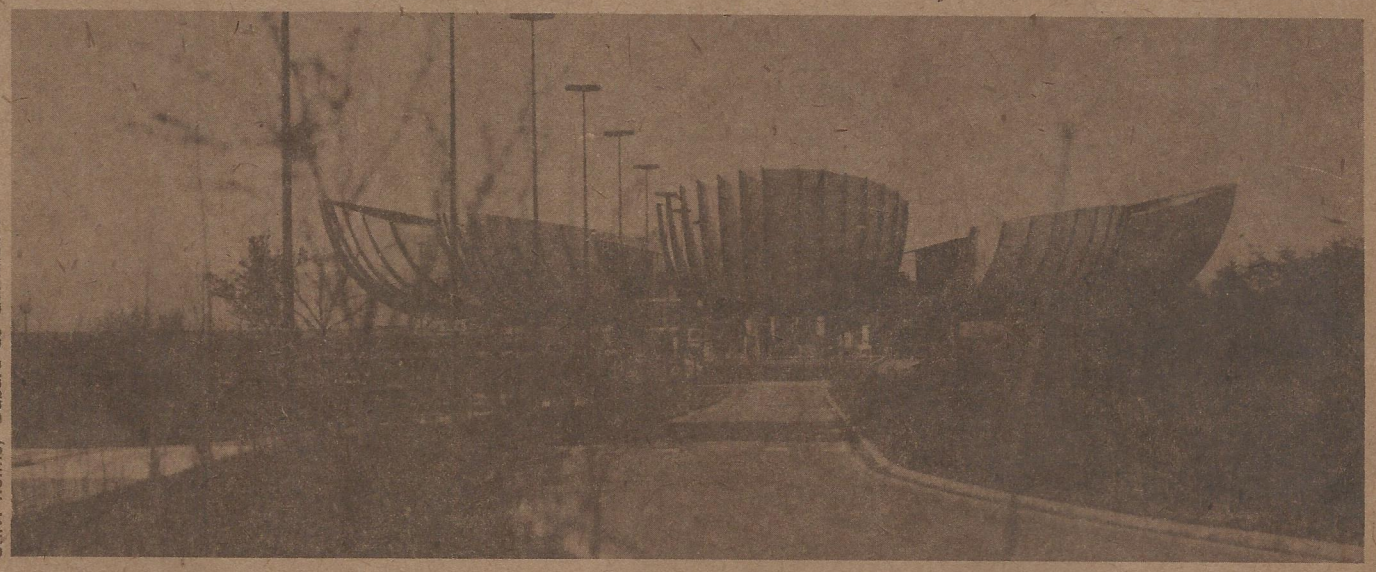
Imaginação (Ideação) + Tecnologia = Criatividade. Conhecendo-se o processo pelo qual a idéia diretriz e a tecnologia se integram e se fecundam mutuamente para engendrar e criar a obra arquitetônica, será possível obter e difundir novos sistemas e métodos, que permitirão melhorar a "Ideação" e a Tecnologia, assim como o produto — a criatividade arquitetônica.

O relator-geral do XII Congresso da UIA é Rafael de La Hoz, de Madri, e as conferências programadas são:

6 de maio — "A Influência da 'Ideação' sobre a Criatividade Arquitetônica", por Arthur Erickson, de Vancouver, Canadá.

7 de maio — "A Influência da Tecnologia sobre a Criatividade Arquitetônica", por Felix Candela, Chicago, EUA.

8 de maio — "A Criatividade Arquitetônica, um Produto da 'Ideação' e da Tecnologia", por Rolf Gutbrod, de Stuttgart, República Federal Alemã.



Univ. Reims/ Dubard de Gaillarbois

A Transinter, de São Paulo, foi a agência de viagens escolhida pelo Conselho Superior do IAB para organizar a viagem da delegação brasileira. As inscrições para o Congresso podem ser feitas nos departamentos estaduais do IAB ou na Transinter (av. Ipiranga, 318, 11.º, cj. 1102, tel. 256-3370, SP). A taxa é de 110 dólares para os delegados, 80 dólares para os acompanhantes e 50 dólares para estudantes.

O esquema de financiamento — em conseqüência das medidas do governo federal que não permitem o financiamento total de viagens ao exterior (agora somente as passagens são financiadas) — está sendo reestudado pela Transinter, em conjunto com o IAB. Os preços também ainda não foram definidos, por causa dessa situação. Mas, de qualquer forma, os interessados deverão poupar o valor correspondente de 20 a 40% do valor total até 30 dias antes da viagem e o restante será financiado.

Os delegados de São Paulo e da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) partirão do aeroporto de Viracopos no dia 25 de abril, num "Jumbo" da Air France, permanecendo 4 dias em Casablanca (Marrocos) e 4 dias em Lisboa. O mesmo avião fará escala na Guanabara, recebendo os arquitetos cariocas. Os arquitetos da região Norte e Nordeste viajarão do Recife, no dia 2 de maio, em um DC-10 da Varig, seguindo direto a Madri.

A delegação oficial do IAB, por seu turno, viajará no dia 27 para Veneza, onde participarão da XIII Assembléia da UIA, que está marcada para o período de 30 de abril a 3 de maio de 1975.

Após o Congresso, os arquitetos brasileiros têm várias opções: a principal delas é o programa cultural "Le Corbusier e a Arquitetura Contemporânea", na França, que foi aprovado pelo Conselho Superior do IAB. Poderão também optar por uma "tournée" pela Europa, visitando Londres (e suas obras de reurbanização), Amsterdam, Munique, Genebra, Milão, Firenze e Roma. Ou ainda, participar apenas do Congresso e retornar.

Le Corbusier

Le Corbusier, o pai da arquitetura moderna, exerceu grande influência sobre a arquitetura brasileira. Seu trabalho no Brasil, na década de 30 — que inclui expressivas obras arquitetônicas, como o edifício do Ministério da Educação e Cultura, no Rio — influenciaram a geração de Lúcio Costa, Niemeyer e outros arquitetos que renovaram a arquitetura no Brasil.

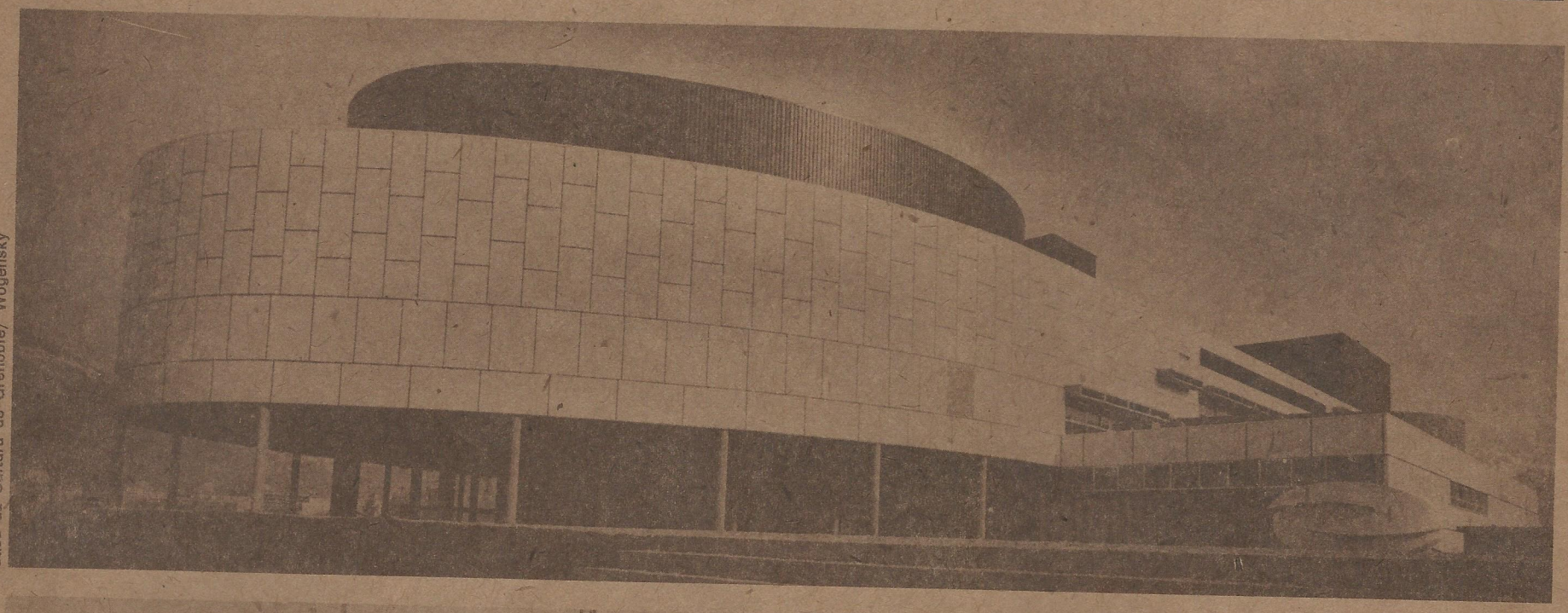
Essa é a principal razão de o tema "Le Corbusier e a Arquitetura Contemporânea" ter sido escolhido para o programa cultural na França. O roteiro foi elaborado por Maurice Hatab, da agência ABVA, de Paris (correspondente da Transinter), com orientação do Ministério Nacional de Educação da França.

Após o Congresso, os participantes poderão optar por dois programas iniciais na França: a partir de Toulouse ou Nice. Em Toulose, visitarão a Toulouse Mirail, cidade projetada por Georges Candilis, a catedral de Albi e o museu de Toulouse-Lautrec; as obras de Port-Barcares e Port Leucat, na região mediterrânea de Languedoc-Roussillon, também projetadas por Candilis; centros de férias projetados por Gleize e Hartanet em Gruissan e por J. Le Couteur em Cap d'Agde; a Grand Motte, do arquiteto Jean Balladur.

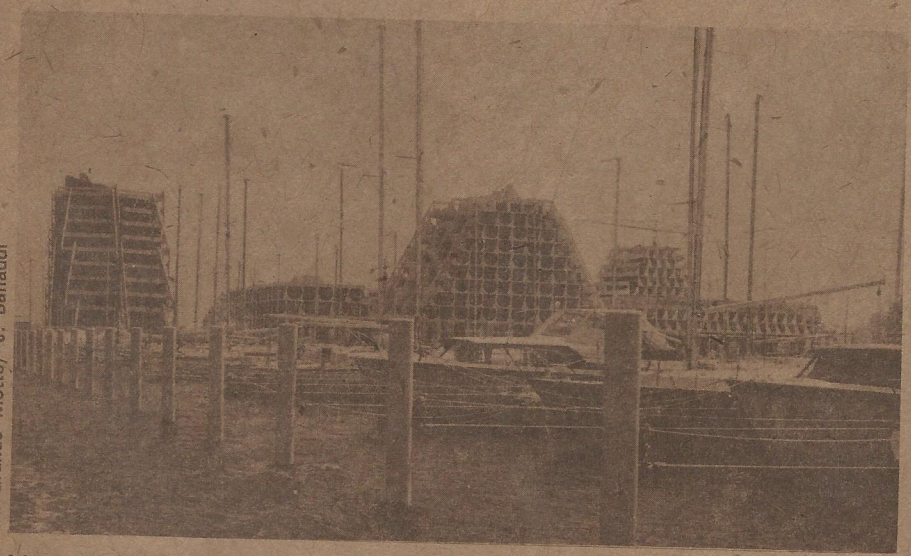
A seguir, em Nice, haverá visita ao túmulo de Le Corbusier, no Cemitério de Roquebruine; visita à Escola

Congresso UIA

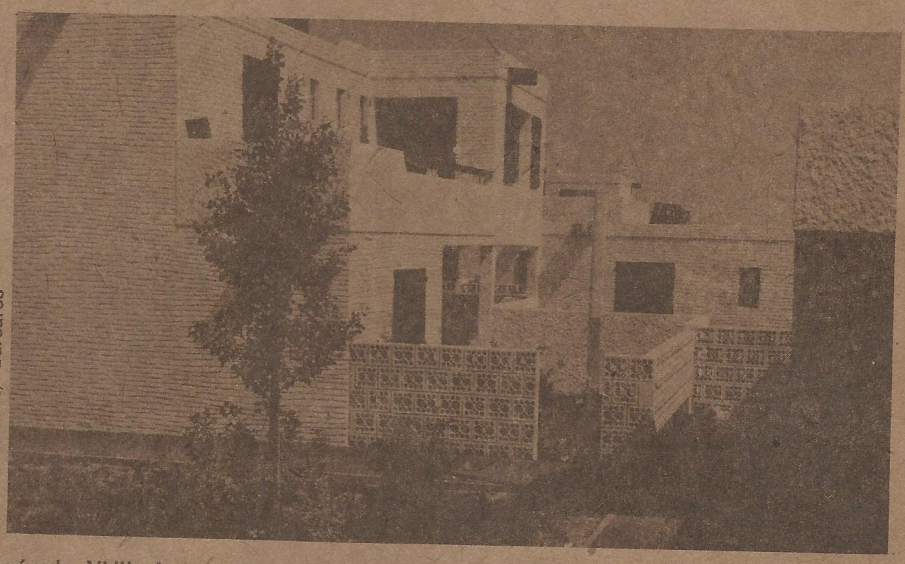
"Le Corbusier e a Arquitetura Contemporânea" é o tema do programa na França. Os arquitetos serão recebidos em Paris pelo sucessor de Le Corbusier, arq. André Wogensky.



Casa da Cultura de Grenoble/ Wogensky



La Grande Motte/ J. Ballac



Residência Port/ Barcarès

Maternal, Unidade Le Corbusier, e ao Museu Le Corbusier, dirigido pela diretora da Escola, Sra. Riperg Augier, que foi amiga do arquiteto. Na região, haverá visita à Abadia de Thoronet, grande obra arquitetônica do século XII, às construções romanas de Avignon.

O circuito prevê também visitas a obras famosas de Le Corbusier, como o Convento Sainte Marie de La Tourette, em La Bresle, construído em concreto, e a Casa dos Jovens e da Cultura de Firminy.

Em Paris

O programa culminará em Paris, onde os dois grupos chegarão no dia 17 de maio, cumprindo o seguinte roteiro:

18/5 — Pela manhã, visita a Paris. Almoço em Versalhes. À tarde, visita ao castelo de Versalhes.

19/5 — Visita à Fundação Le Corbusier (10, square de Dr. Blanche, Paris 6.ª), onde a comitiva será recepcionada pelo arquiteto A. Wogensky, que colaborou durante muitos anos com Le Corbusier e o sucedeu na presidência da Fundação por testamento. À tarde, visita à Faculdade de Medicina do Hospital Necker, obra de Wogensky.

20/5 — Visita ao Quartier de La Defense, famosa obra de reurbanização de Paris, organizada pela Empresa Pública para a Urbanização da Região de La Défense. Visita ao Tribunal de Instância Superior de Nanterre (projeto de Wogensky) e ao Estádio Parque dos Príncipes. Às 17 horas, conferência de Wogensky, que falará sobre "Le Corbusier, meu amigo, meu mestre, sua obra e sua influência na Arquitetura Contemporânea", na UNESCO (7, place de Fontenoy, 75007, Paris).

22/5 — Ao meio-dia, recepção a bordo de um iate, com a presença do arquiteto Georges Candilis, que será homenageado. À noite, jantar na casa de espetáculos Lido, com a presença dos arquitetos Wogensky, Candilis e A. Dubard de Galliarbois.

23/5 — Partida para Reims, cidade a nordeste de Paris. Visita à famosa catedral de Reims. Almoço com o arquiteto Dubard de Galliarbois. Em sua companhia, visita à Faculdade de Direito de Reims, projeto de sua autoria. Visita a uma "cave" de champanha. Retorno a Paris.

24/5 — Às 16,30 horas, recepção de despedida na Academia de Arquitetura de Paris, no Hotel de Chaulnes, na Place des Vosges, construção do século XVII. A sessão será presidida por Marc Saltet, presidente da Academia de Arquitetura de Paris.

25/5 — Roteiro "Jornada com os Reis da França" — visita a castelos e outras obras arquitetônicas dos séculos XVI, XVII e XVIII; visita técnica à cidade universitária e retorno a Paris.

26/5 — Retorno ao Brasil.

Programa do XII Congresso Mundial da UIA (Madri, 1975)

5/5

10h00 — Reunião do Conselho das Comissões e dos Grupos de Trabalho da UIA

18h30 — Abertura do Congresso

6/5

09h00 — Conferência: "A Influência da 'Ideação' sobre a Criatividade Arquitetônica" (Arthur Erickson, Vancouver, Canadá)

10h00 — Primeira e segunda comunicações

11h00 — Terceira, quarta e quinta comunicações

15h00 — Discussões por grupos de idiomas

17h00 — Discussão e proposição de conclusões

7/5

09h00 — Conferência: "A Influência da Tecnologia sobre a Criatividade Arquitetônica" (Felix Candela, Chicago, EUA)

10h00 — Primeira e segunda comunicações

11h00 — Terceira, quarta e quinta comunicações

15h00 — Discussão por grupos de idiomas

17h00 — Discussão e proposição de conclusões

8/5

09h00 — Conferência: "A Criatividade Arquitetônica, um Produto da 'Ideação' e da Tecnologia" (Rolf da Alemanha)

10h00 — Primeira e segunda comunicações

11h00 — Terceira, quarta e quinta comunicações

15h00 — Discussão por grupos de idiomas

17h00 — Discussão e proposição de discussões

9/5

09h00 — Leitura do relatório final

10h00 — Discussão e aprovação das conclusões

12h00 — Leitura das conclusões

15h00 — Encerramento do Congresso

21h00 — Jantar de encerramento.

O Eng. Antônio Márcio Avellar mostra como o Regulamento para Instalações de Gás Encanado facilita o projeto arquitetônico.

Regulamento ajuda a projetar instalações para gás encanado

Hoje em dia, dezenas de publicações técnicas especializadas lutam para figurar na estante de livros de consulta dos escritórios de arquitetura e engenharia. Existe uma, porém, que, apesar de pouco divulgada e possivelmente desconhecida por muitos profissionais de arquitetura, é de grande utilidade no projeto de prédios residenciais, conjuntos habitacionais, shopping centers, hotéis e edifícios de escritórios.

Trata-se do Regulamento para Instalações de Gás Encanado, elaborado pela Companhia de Gás de São Paulo — Comgás, com o objetivo de oferecer ao arquiteto um conjunto de informações técnicas que lhe permita conhecer, pormenorizadamente, todas as fases de instalação de um sistema de gás encanado, com as alternativas possíveis.

"O Regulamento", diz o Eng. Antônio Márcio Avellar, da Unidade de Construção Civil da Comgás, "não é um simples resumo de experiências anteriores, nem uma padronização dos sistemas convencionais de instalação. Ele relaciona os requisitos mínimos necessários ao perfeito funcionamento de um sistema de gás encanado, levando em conta as diferentes situações de cada projeto, procurando sempre estabelecer o equilíbrio imprescindível para que as instalações de gás possam acompanhar a arquitetura de cada empreendimento."

Divisão

Para maior facilidade de consulta, o Regulamento para Instalações de Gás Encanado se divide em capítulos específicos, abrangendo a terminologia dos sistemas de instalação de gás; a localização, dimensionamento e posicionamento dos abrigos de medidores, prumadas e ramais de entrada; testes de instalação e informações sobre a adequação de ambientes que devam receber aparelhos a gás.

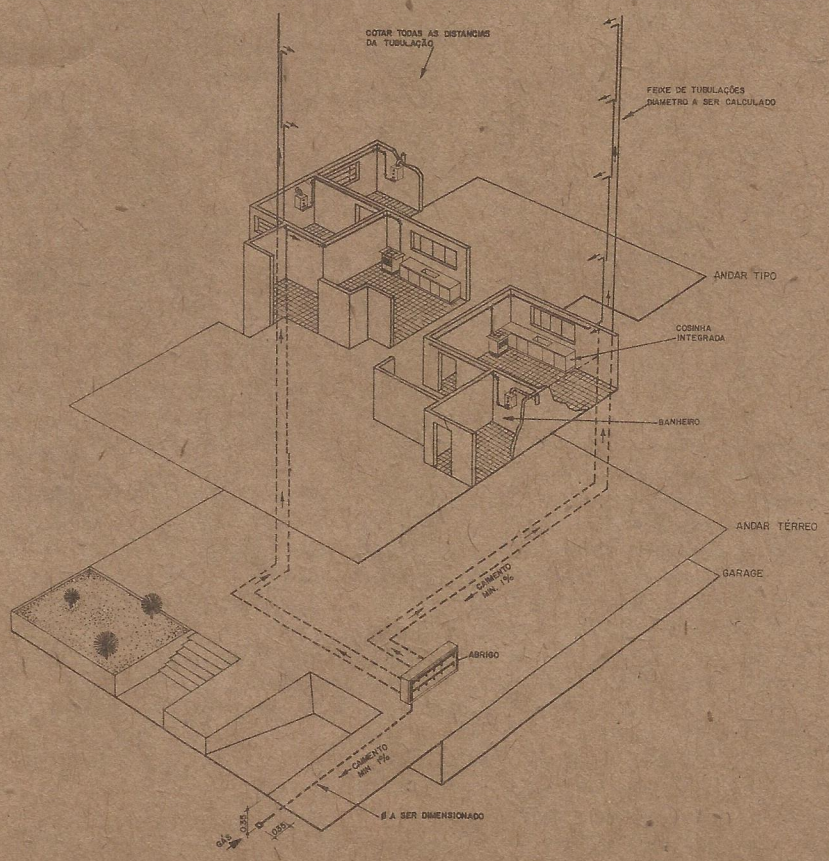
De acordo com o Regulamento, a localização dos abrigos de medidores define o tipo de instalação a ser utilizado no empreendimento, podendo o arquiteto determinar a centralização dos medidores de gás em dado local, ou a sua distribuição em blocos ou ao nível dos andares.

Se a opção for pela centralização dos medidores, estes serão normalmente colocados na parte de serviço do andar térreo ou no subsolo. O Regulamento não determina especificamente qual deva ser a localização do abrigo de medidores; apenas recomenda que estes sejam colocados em local de fácil acesso e bem ventilado, ficando a escolha da melhor alternativa a critério do responsável pelo projeto.

Prumadas

Uma vez localizados os medidores, a etapa seguinte é a passagem das tubulações da instalação interna do edifício até o ponto escolhido para a localização das prumadas. Essa passagem deve ser sempre feita por locais que não permitam qualquer confinamento de gás. Assim, devem ser evitados poços de elevadores, tubos de lixo, compartimentos com aparelhagem elétrica ou quaisquer vazios formados pela estrutura ou pela alvenaria.

Nessa fase, considerando-se a existência de uma tubulação para cada apartamento, lembra o Eng. Avellar que o feixe de tubulações, dependendo da quantidade de tubos, poderá dificultar os trabalhos da instalação, caso o arquiteto não tenha tomado as devidas cautelas durante o projeto.



Distribuição

Se, porém, for adotado o sistema de distribuição dos medidores de gás ao nível dos andares, teremos então uma única prumada abastecendo os vários medidores, que deverão ser localizados em áreas de serviço comum, para garantir o acesso a eles. Caso não haja ventilação natural nessas áreas, pode-se instalar uma chaminé interligando os abrigos de medidores, ou criar outra solução para o problema.

O Regulamento para Instalações de Gás Encanado recomenda ainda a realização de testes na instalação, bem como a escolha de materiais e vedantes, visando a garantir a total estanqueidade da instalação, de maneira a proporcionar absoluta segurança para o usuário — uma das principais características do sistema de distribuição de gás por meio de tubulações.

Um aspecto que merece especial atenção, ainda em fase de projeto, é o custo da instalação, salienta o Eng. Avellar. O Regulamento elaborado pela Comgás, permitindo o máximo de flexibilidade de projeto, possibilita sempre a opção mais econômica para cada tipo de instalação.

Finalmente, o critério de dimensionamento estabelecido considera a vazão máxima dos equipamentos a serem instalados, comprimentos equivalentes da tubulação, perdas de carga máximas admissíveis e os fatores de simultaneidade (coeficientes de demanda).

Assim, quanto mais simples for o traçado da instalação, menores serão os comprimentos adicionais equivalentes e, conseqüentemente, menores serão os diâmetros necessários.

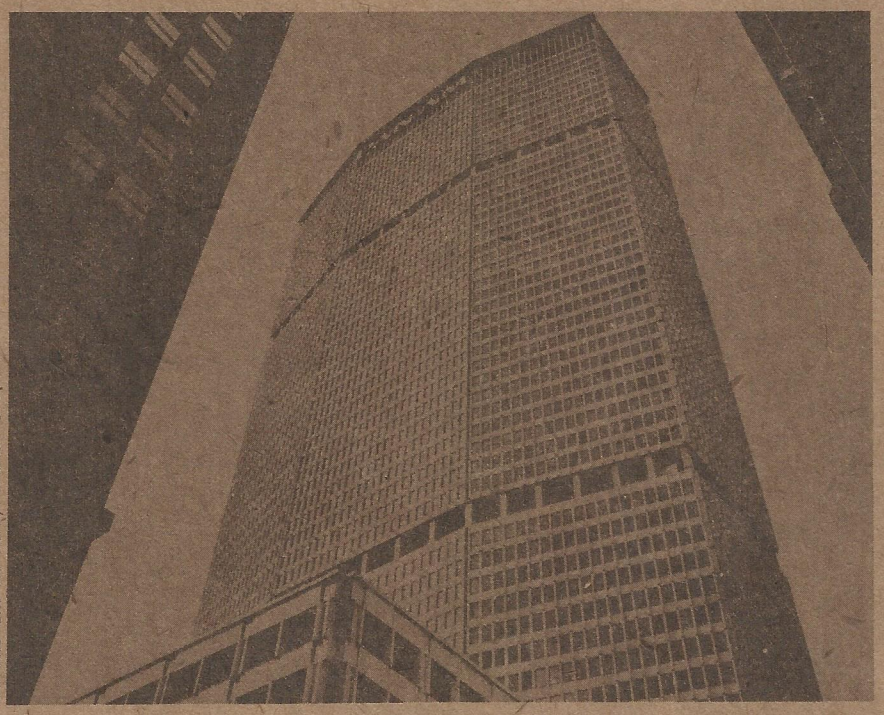
Liberdade

Adotando o critério de facilitar ao máximo a distribuição de tubulações, ao possibilitar maior flexibilidade de opções, tanto no que diz respeito à localização dos abrigos de medidores, como no tocante à sua construção e, ainda, aos vários traçados permitidos para as instalações internas, o Regulamento para Instalações de Gás Encanado — que é fornecido gratuitamente pela Comgás, mediante simples solicitação à Unidade de Construção Civil, pelo telefone 289-0344 — visa a oferecer aos arquitetos a maior liberdade possível na fase de projeto, de maneira que estes possam criar soluções que atendam às características arquitetônicas e estruturais de cada empreendimento.

Além disso, acrescenta o Eng. Avellar, o Regulamento para Instalações de Gás Encanado é submetido a constantes revisões pela Comgás, de modo a acompanhar não só as mais modernas técnicas de instalação, mas também as modificações trazidas pela colocação de novos materiais no mercado. O objetivo final, conclui, é possibilitar sempre a adoção de soluções inovadoras, dentro do espírito mais atual da moderna arquitetura brasileira.

A exposição itinerante sobre a Bauhaus chega em agosto a São Paulo: é uma multivisão. E Lúcio Gomes Machado comenta dois livros novos sobre o movimento de Walter Gropius.

Bauhaus: uma multivisão no Museu de Arte de São Paulo



Edifício em N. York/ Walter Gropius

Depois de permanecer quatro semanas no Museu de Arte Moderna do Rio, a exposição itinerante sobre a Bauhaus chega a São Paulo. Estará aberta ao público, no Museu de Arte de São Paulo, na avenida Paulista, de 17 de agosto a 15 de setembro, apresentando uma visão ampla da importância desse movimento e sua influência sobre a arte, arquitetura e design.

A mostra, promovida pelo Institut für Auslandsbeziehungen (Instituto de Relações Exteriores Culturais) da República Federal da Alemanha, com a colaboração do Bauhaus Archiv, utiliza técnicas modernas de comunicação visual: além de painéis fotográficos, **slides** coloridos, reproduções de projetos arquitetônicos, a exposição tem sessões de audiovisual — filmes documentários, entrevistas) e projeções simultâneas de **slides,** documentando as atividades da Bauhaus desde sua fundação (1919) até seu encerramento (1933).

O resultado é uma "apresentação harmoniosa e ampla do complexo geral da Bauhaus", segundo seus organizadores, abordando a estrutura pedagógica do Vorkurs, a formação de oficinas, suas múltiplas formulações no campo teórico, artístico e aplicado.

O movimento do arquiteto Walter Gropius, que significa, literalmente, "Casa em Construção", surgiu numa época propícia a novas propostas, após a fermentação nas artes provocada pelo cubismo e dadaísmo. Era também uma reação à onda de destruição que foi a Primeira Guerra, como uma esperança de construtividade.

"Arquitetos, escultores, pintores, todos devemos retornar ao artesanato, pois não existe arte por profissão. Desejemos, inventemos, criemos juntos a nova construção do futuro, que enfeixará tudo numa única forma", dizia Gropius no manifesto de 1919. Na "corporação de artesãos", a obra de arte deveria ser, simultaneamente, suscitadora e solucionadora de problemas.

A arte deveria se integrar à sociedade como uma atividade funcional: teriam a mesma importância tanto a pintura quanto a arquitetura e o design. Mas, com a ascensão de Hitler, a Bauhaus é acusada de cultivar uma "arte degenerada", um "bolchevismo cultural". E em 1933 é definitivamente fechada.

Tentando refletir essa tendência integradora e coletiva, antiindividualista, a exposição procura mostrar o conjunto da Bauhaus. De 19 a 23 de agosto, às 18 horas, o professor Detlev Noak, da Academia de Belas Artes de Kassel, que participou da preparação da exposição, fará palestras sobre "Bauhaus — Condições Preliminares, Pedagogia, Conseqüências para os Dias Atuais", com projeção de filmes e **slides.**

Esta exposição itinerante é a segunda organizada pelo Instituto de Relações Exteriores Culturais da República Federal da Alemanha e bem mais ampla e completa que a primeira, que esteve na Antuérpia, Paris e Chicago (1969), Toronto e Los Angeles (1970) e Tóquio (1971).

Dois livros sobre a Bauhaus

A Bauhaus continua sendo hoje, quarenta e um anos depois de seu fechamento em Berlim, uma referência importante para os arquitetos e particularmente para os que estão ligados ao ensino.

A imagem que temos da Bauhaus nos é trazida basicamente pelas obras de antigos alunos e professores, pelo seu testemunho escrito ou por algumas obras críticas de autores que em sua maior parte não pertenceram ao movimento.

Praticamente nada tínhamos em português de específico. Talvez somente "Minha Concepção de Idéia de Bauhaus", publicado em **Bauhaus: Novarquitetura,** de Walter Gropius, da Editora Perspectiva. Naturalmente trata-se de uma visão muito particular do problema.

Temos agora o **Catálogo da Exposição da Bauhaus,** atualmente no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, depois de ter passado por Brasília, e que posteriormente virá a São Paulo. Foi publicado pelo Departamento Cultural do Ministério de Relações Exteriores da República Federal da Alemanha e organizado por Karl-Georg Bitterberg.

Consta de uma série de textos de Walter Gropius, Ludwig Grote, Hans Ecstein, Nicolaus Pevsner, entre outros, acompanhados por uma preciosa documentação das atividades das diversas fases da escola, em seus diversos cursos.

A elaboração de um catálogo como extensão da Exposição e ao mesmo tempo como um registro tornando-o fonte de consulta de grande valor é digna de nota, pois, salvo alguns catálogos das exposições do MASP, a maior parte de nossos catálogos são somente uma listagem das obras expostas, tendo portanto valor somente durante a exposição.

O projeto gráfico do catálogo (Herbert Bayer, Peter Hoch e Karl-Georg Bitterberg) é mais uma peça da exposição. É uma mostra da marca que deixou o trabalho de Moholy Nagy ou da coerência do trabalho de Herbert Bayer. Comparando o presente catálogo com o da exposição do Museu de Arte Moderna de Nova York de 1938, também de sua autoria, aquele parece ter conseguido levar ao extremo todos os postulados de composição tipográfica propostos pela Bauhaus há 50 anos.

No entanto, a exposição e o catálogo podem levar a encarar as experiências como resultados passíveis de transformação em modelos, como aliás a Bauhaus foi vista principalmente nos Estados Unidos, com a "Nova Bauhaus", quando o interesse maior reside na própria experiência, na experiência como modo de vida numa escola.

Nesta visão, é muito útil o livro **Bauhaus,** da série Comunicaciones, Espanha, e que reúne uma série de traduções de artigos de Reyner Banham, Tomás Maldonado, Mario de Micheli e outros, publicados inicialmente na revista "Controspazio". Cito a tradução e não o original por ter, neste caso, o objeto-livro também importância. É um projeto de Alberto Corazón que resolve um livro de bolso, de "consumo", e que é ao mesmo tempo encadernado, "perene", executado com recursos técnicos extremamente sumários.

Esta coletânea apresenta uma visão da Bauhaus isenta da santificação de que foi vítima nos Estados Unidos, e indiretamente entre nós, por parte de alguns de seus professores, principalmente por Gropius e Mies.

Torna-se assim importante a visão que nos oferece o Catálogo, quando acompanhada da análise proporcionada pelo livro de Alberto Corazón.

Convênios BNH

BNH institui prêmio para estimular pesquisas na Universidade

A necessidade de preparar os futuros arquitetos para enfrentarem objetivamente os problemas habitacionais brasileiros, através de um contato mais direto com o tema, e a conveniência de desenvolvel estudos e pesquisas ao nível da Universidade, levaram o Banco Nacional da Habitação a instituir um prêmio semestral, no valor atual de Cr$ 8 900,00 (100 Unidades Padrão de Capital), a ser conferido ao melhor trabalho realizado por estudantes do último ano de Arquitetura.

O BNH assinou convênios, no dia 15 de julho, com sete faculdades, para desenvolver a experiência piloto: as Faculdades de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, da Bahia, Ceará e Brasília; a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Souza e Silva, do Rio de Janeiro; Mackenzie e de São José dos Campos, em São Paulo.

Na solenidade, realizada na sede do BNH, no Rio, o prof. Nestor Goulart Reis, presidente da ABEA (Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura) ressaltou a importância do convênio como medida estimuladora à integração do ensino com os problemas da comunidade.

As faculdades se comprometem, através do protocolo de intenção, a propor aos alunos dos últimos semestres trabalho de pesquisa, planejamento ou projeto, destinado à premiação. O trabalho — de equipe — deve versar sobre o PLANHAP — Plano Nacional de Habitação — ou outro tema previamente designado pelo BNH até o início de cada semestre letivo, devendo ser aplicável às condições da região geo-econômica onde se situa a escola.

Como o trabalho deve ser incluído no currículo, dentro da programação normal do semestre, foram escolhidas apenas sete escolas para desenvolvê-lo no segundo semestre de 1974. Mas, a partir do próximo ano, o convênio será estendido a outras escolas, inclusive a FAUUSP.

Uma comissão formada por representantes do corpo docente e discente selecionará o trabalho a ser premiado. Os critérios de avaliação serão estabelecidos por ela, não havendo interferência do BNH. A direção da faculdade deverá comunicar a decisão da comissão até sete dias após o encerramento do semestre.

A escola se compromete, ainda, a fornecer aos professores e alunos todas as informações necessárias sobre o Sistema Financeiro de Habitação e seus programas. Além disso, o arquiteto Mário Pinheiro, assessor da Presidência do BNH, percorrerá, a partir de agosto, as faculdades do projeto piloto, para dar orientação técnica.

As informações sobre o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) — ou outro tema escolhido — serão prestadas pelas Delegacias Regionais do BNH, e o Banco Nacional da Habitação oferecerá, também, treinamento intensivo a professores encarregados de transmitir informações sobre o Sistema Financeiro de Habitação. O BNH poderá, ainda, oferecer meios para desenvolver o trabalho da equipe, caso haja possibilidade e interesse na sua continuidade. Nesse caso, a escola deve fornecer o roteiro do trabalho, custos, prazo e pessoal necessário. Os trabalhos premiados — a critério do Banco — serão editados anualmente.

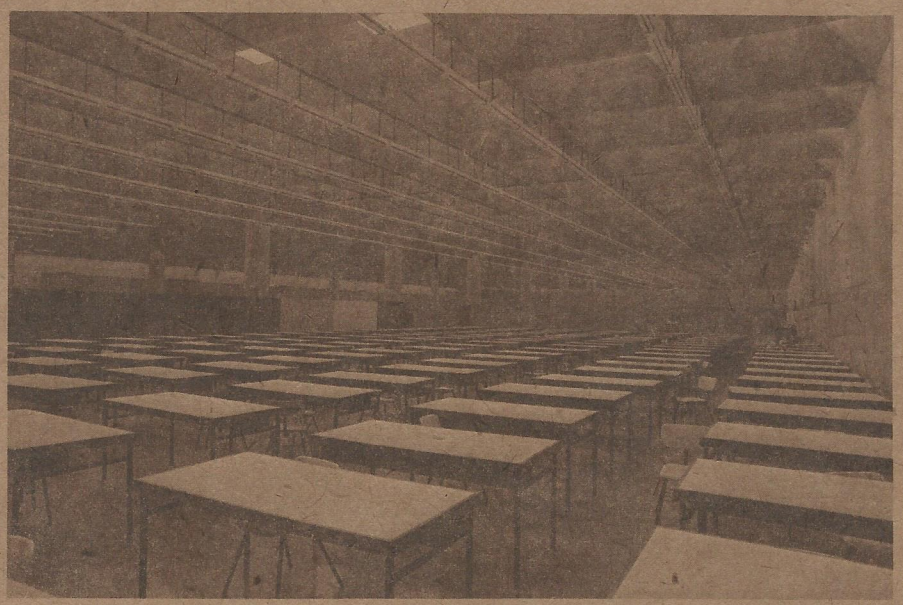
Assinatura do convênio

Ensino de Estruturas deve ser renovado nas escolas de Arquitetura

O ensino de Estruturas nas universidades tem sido pouco criativo e os programas e métodos existentes são insuficientes para arquitetos ou engenheiros. Mesmo os engenheiros só adquirem condições para elaborar cálculos de estruturas com a prática profissional, pois o ensino que receberam foi essencialmente teórico. Por outro lado, os cursos dessa matéria nas faculdades de Arquitetura são encarados de uma maneira inadequada. Em muitas escolas — particularmente aquelas que surgiram de faculdades de Engenharia — persiste a idéia de que o arquiteto não se interessa por matemática ou não está apto para fazer cálculos.

Mas o arquiteto concebe estruturas, que são inerentes à elaboração do projeto. O engenheiro calculista apenas confirma essa concepção, verificando sua estabilidade e dimensionando as estruturas para que se torne estável. Por isso, nas escolas de Arquitetura, o curso de Estruturas deve ter o mesmo rigor conceitual das escolas de Engenharia.

Essas foram algumas das conclusões do Encontro de Professores de Estrutura para Escolas de Arquitetura, realizado de 6 a 8 de junho na FAUUSP pela ABEA (Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura), com o patrocínio do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do Ministério da Educação e Cultura.



O ensino de estruturas para os arquitetos, segundo o encontro, deve enfatizar os aspectos qualitativos (como o de materiais), pois a concepção da estrutura não exige conhecimento quantitativo profundo dispensando deduções algébricas longas ou cálculos analíticos complexos (função do calculista).

O Encontro recomendou que a matéria seja ministrada durante todo o curso, desde o primeiro ano, já que o estudante de Arquitetura faz análise e síntese desde o início. O ensino deve ser acompanhado do enfoque histórico, apreendendo os processos sócio-econômicos que determinaram o surgimento de tipos, utilização de materiais, etc.

Outra recomendação foi a instalação de laboratórios de modelos estruturais — que não devem estar desvinculados do projeto — para a implantação da orientação sugerida pelo Encontro e desenvolvimento de programa de pesquisas sobre problemas estruturais. Os participantes pediram ao DAU e à ABEA o estudo da possibilidade da realização de cursos de férias para ampliação dos quadros docentes para o ensino da matéria, em escolas de Arquitetura, com técnicas atualizadas.

IRS promove concurso para estudantes de Arquitetura

O Instituto Roberto Simonsen, da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, vai conceder o II Prêmio Arquiteto Henrique Mindlin, no valor de Cr$ 10 000 ao melhor trabalho (monografia) sobre o tema "Criatividade e Inventividade na Arquitetura Contemporânea Brasileira". O concurso é destinado exclusivamente a estudantes de Arquitetura, dos dois últimos anos dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura. Foi instituído para "estimular pesquisas e trabalhos de profundidade".

As monografias, com as ilustrações, diagramas e tabelas correspondentes, devem ser apresentadas em seis vias datilografadas. As inscrições encerram-se no dia 30 de setembro e os interessados devem apresentar registro de matrícula. Os trabalhos poderão ser individuais ou coletivos. O julgamento será feito por uma equipe de seis membros designada pelo presidente do IRB e, além do prêmio em dinheiro, o vencedor terá direito a cem exemplares do trabalho, em caso de publicação.

Informações mais detalhadas devem ser obtidas no Instituto Roberto Simonsen, no Viaduto Dona Paulina, 80, 4.º andar, sala 410, tels. 34-9616 e 239-0522 (r. 53).

Corona paraninfa primeira turma da Faculdade de Mogi

O arquiteto Eduardo Corona paraninfou a primeira turma da Faculdade de Arquitetura de Mogi das Cruzes (SP), que se formou no primeiro semestre deste ano. Aos novos arquitetos, Corona falou sobre o papel da Arquitetura, a função e as responsabilidades do arquiteto e, principalmente, sobre um tema que interessou particularmente aos formandos: o mercado de trabalho profissional. O paraninfo frisou que o arquiteto não deve mais se postar numa atitude elitista, mas como um elemento "indissoluvelmente ligado ao desenvolvimento do país".

Bronzearte oferece a alternativa para o seu projeto de iluminação.

Linha completa de lustres
art-nouveau e coloniais,
ou a fiel execução do seu design.

BRONZEARTE
Rua Oscar Freire, 1732 Tel. 282-0459 - São Paulo

Notícias

Curso no Sindicato: o exercício da arquitetura

Praticamente todos os arquitetos recém-formados — e mesmo os que já exercem a profissão — têm poucas informações sobre as exigências legais da atividade: como trabalhar como autônomo, como organizar uma empresa, etc. "Um arquiteto, amigo, meu, não sabia sequer que para ser autônomo, devia se matricular no INPS e no cadastro de Imposto sobre Serviços", conta o advogado Claudionor de Andrade Jr.

Andrade está organizando um curso para orientação aos arquitetos — "Aspectos legais e regulamentares do exercício da Arquitetura" — que será ministrado no Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo a partir de fins de agosto ou início de setembro. Ele dará aulas sobre a estrutura legal e de funcionamento de firmas de arquitetura (pessoa física e jurídica), convocando especialistas para falar sobre INPS, ISS, etc.

O curso terá duração mínima de seis aulas, com duração de 40 minutos, seguidas de debates. O programa básico do curso é o seguinte:

Aula I — O arquiteto no mundo jurídico — pessoa sujeita a direitos e obrigações, no campo civil e no da atividade profissional; Aula II — O início das atividades profissionais pelo recém-formado: as providências facultativas e/ou obrigatórias; a organização administrativa mínima para o funcionamento regular de um escritório; métodos de contratação de trabalhos, com exame de minutas de contratos; aula III — O arquiteto como pessoa física: empregado, autônomo ou avulso. Aspectos previdenciários (INPS) e tributos que incidem sobre a profissão; aula IV — Escritórios de arquitetura (pessoa jurídica) civis ou comerciais. Aspectos previdenciários e tributários das sociedades; aula V — Direitos autorais e honorários. Aspectos relativos a concorrências públicas e concursos para contratação de projetos, documentos necessários; o sistema de cadastramento em órgãos públicos; a necessidade de **curriculum vitae** atualizado pelos profissionais autônomos; aula VI — Aspectos penais que incidem sobre o exercício da arquitetura.

O advogado Claudionor de Andrade Jr., ex-assessor jurídico da presidência da COHAB-SP, é muito ligado a escritórios de engenharia e arquitetura. Foi também assessor jurídico da Caixa Econômica do Estado de São Paulo; professor de Direito Comercial da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; procurador do INPS em Natal; e é membro do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

As inscrições para o curso poderão ser feitas na secretaria do Sindicato (rua Bento Freitas, 360, 4.º andar, tel.: 36-2436), a partir de 10 de agosto.

Paisagistas debatem suas perspectivas profissionais

Os arquitetos paisagistas que estão se reunindo no IAB-SP para analisar suas perspectivas profissionais — atribuições, tabela de honorários e áreas de interferência — interromperam, em meados de junho, seus debates, para elaborar um documento sobre o meio ambiente. O texto foi preparado, a pedido do IAB-SP, para ser apresentado na reunião do Conselho Superior do IAB, realizado entre 25 e 27 de julho em Vitória, ES, em que aspectos do problema ambiental foram enfatizados.

Após a redação do documento, os paisagistas retomaram os trabalhos. Em síntese, o principal problema constatado nas reuniões foi o da formação profissional: por exemplo, até 1973, o curso de Paisagismo na FAU era optativo, o que significa que os arquitetos — de maneira geral — não têm informações suficientes sobre como solicitar a interferência do paisagista.

Não existem, por outro lado, cursos de especialização após a graduação. Paisagistas conhecidos como Fernando de Magalhães Chacel e Burle Marx são arquitetos que se especializaram no exercício da profissão. O título "paisagista" ou "arquiteto paisagista" não existe oficialmente, porque para isso seria necessário que houvessem cursos regulares de especialização. Por isso, eles preferem ser chamados de "arquitetos que trabalham em paisagismo".

Quanto às áreas de interferência profissional, eles querem que o paisagista seja reconhecido não como "desenhista de jardins", mas como "gerente dos recursos naturais" e planejador da paisagem, tendência que, segundo eles, já existe.

A questão da tabela de honorários começou a ser discutida a partir da que é utilizada pela paisagista Rosa G. Kliass (que se baseou em custos).

Estudantes de Arquitetura têm encontro em Campinas

De 2 a 8 de setembro, estudantes de arquitetura de vários Estados estarão em Campinas, participando do II Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura. O tema da reunião é "Habitação Popular". Os alunos deverão apresentar projetos e, provavelmente, haverá um concurso, além de conferências sobre o assunto.

A promoção é do ENEA — Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura — e a organização, de uma comissão executiva de alunos do Curso de Arquitetura da Pontifícia Universidade de Campinas, que, no mês de julho, percorreu vários Estados convidando os colegas. Espera-se a participação de delegações do Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Guanabara, Brasília, Paraná, Rio Grande do Sul, além das várias faculdades do Estado de São Paulo.

Os novos órgãos da região metropolitana da Grande São Paulo

A região da Grande São Paulo terá três órgãos para realização do planejamento integrado e execução dos serviços de interesse comum: o CODEGRAN (Conselho Deliberativo da Grande São Paulo), o CONSULTI (Conselho Consultivo Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo) e a EMPLASA (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A.), vinculados à Secretaria de Economia e Planejamento.

A Lei Complementar n.º 94 (29/5/74) do governo do Estado, que criou esses órgãos, também estabelece que "terão preferência para a obtenção de recursos estaduais, inclusive sob forma de financiamento, e de garantia para operações de crédito" os municípios que aderirem ao planejamento integrado. Os serviços considerados de interesse comum à área metropolitana — implantados ou em fase de implantação — continuarão sob a responsabilidade dos municípios até que, no prazo de dois anos, o CODEGRAN promova a sua reorganização ou unificação.

O PMDI — Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado — passará a ser da competência do CODEGRAN. A EMPLASA será uma empresa de economia mista, com participação majoritária do Estado, e foi instituído também o Fundo Metropolitano de Investimento, para financiar e investir em projetos de interesse da Grande São Paulo.

Ceasa-MG: 20 pavilhões cobertos com o Kalhetão

Em julho foram concluídas as obras dos vinte pavilhões do Ceasa — Centro Estadual de Abastecimento — do Estado de Minas Gerais, a maior cobertura no Brasil efetuada com Kalhetão Brasilit, sob a qual serão movimentadas, diariamente, mais de mil toneladas de produtos horti-frutigranjeiros. Esse tipo de telha de cimento amianto da Brasilit tem dimensão máxima de 9,20 m de comprimento, permitindo vãos livres de até 7 m, proporcionando menos pontos de fixação e economia na estrutura de sustentação. O Kalhetão suporta até 100 kg na extremidade do beirão e 200 kg no centro do vão.

Planejamento regional: Encontro em São Paulo

Com a instituição das áreas metropolitanas, o planejamento regional ganhou nova dimensão. Agora, principalmente pela necessidade de "sistematização e tratamento teórico geral do assunto", a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo vai promover o I Encontro de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Especialistas técnicos vinculados à área vão se reunir nos dias 26, 27 e 28 de agosto, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, para debater e trocar informações, apresentar estudos, teses e experiências.

Kneese de Melo eleito representante no CONFEA

O arquiteto Eduardo Kneese de Melo, professor de História da Arquitetura Brasileira na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, foi eleito representante das escolas de Arquitetura junto ao CONFEA, (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), substituindo o professor carioca Durval Lobo. Seu mandato terá duração de dois anos, tendo por suplente o arquiteto Pasqualino Magnavita (Bahia).

Ele foi eleito por unanimidade pelos delegados das escolas oficiais, reconhecidas pelo MEC, no dia 12 de julho, na sede do CONFEA, na Guanabara. Kneese de Melo foi indicado pela ABEA (Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura).

Ex-presidente do Conselho Superior do IAB (1968/69), ex-presidente do IAB-Departamento de São Paulo, representante do Brasil na Federação Pan-americana de Arquitetos, o professor Kneese de Melo tem sua carreira marcada por atitudes inovadoras. Na década de 30, integrou o grupo de pioneiros da arquitetura paulista, junto com Rino Levi, Vilanova Artigas e Bratke. Participou da criação da Fundação Bienal de São Paulo, da fundação do IAB-SP e da construção de Brasília.

Encontro sobre tecnologia ambiental

O conforto térmico-acústico dos edifícios é o tema do II Encontro sobre Tecnologia Ambiental, que será promovido pela ABEA (Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura) em setembro próximo. O local do encontro ainda não foi definido, mas será, provavelmente, a Guanabara.

As vantagens da utilização de chapas de gesso

Utilizadas há mais de cinqüenta anos nos EUA, Canadá, Europa e Japão, as chapas de gesso apresentam várias vantagens na construção de casas: isolamento térmico e acústico, leveza, resistência ao fogo (pois é incombustível). Estão sendo produzidas no Brasil pela Gypsum do Nordeste. Pela sua leveza e versatilidade, permitem soluções práticas e econômicas (uma casa protótipo foi construída em vinte dias), eliminando as fundações sob as paredes internas — que podem ser apoiadas diretamente sobre o lastro de concreto do piso — e permitindo alicerces menos profundos. Os painéis da estrutura, e mpinus seco, pré-fabricados e de montagem rápida, são fixados à viga baldrame através de chumbadores previamente colocados durante a concretagem das fundações. A cobertura é feita por treliças pré-fabricadas (em "W"), com juntas fixadas por chapas metálicas. As treliças apoia-se apenas nas paredes externas, permitindo assim a colocação do forro de uma só vez, antes da montagem das paredes divisórias internas.